

ROBERTO C. G. CASTRO

COMUNICAÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA

Reflexões para a mídia do século 21

*Para os meus alunos e ex-alunos do curso de Comunicação Social do Centro
Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (Unifiam), em São Paulo,
com a esperança de que os gregos antigos inspirem sua trajetória profissional*

ÍNDICE

Apresentação

Introdução: a Grécia antiga

1. A retórica, da Antiguidade até hoje
2. O discurso encantador dos sofistas
3. Platão e a verdadeira retórica
4. Aristóteles e as paixões humanas
5. Isócrates e o elogio da cultura
6. Demóstenes e o cidadão consciente

Conclusão

Bibliografia

APRESENTAÇÃO

Este livro reproduz as aulas que ministro na disciplina Teorias da Comunicação I do curso de Comunicação Social do Centro Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (Unifiam), em São Paulo. Além de oferecer noções sobre a cultura grega antiga, ele aborda os conceitos de retórica formulados por cinco grandes pensadores gregos – Górgias, Platão, Aristóteles, Isócrates e Demóstenes –, com o objetivo de aplicar esses conceitos à comunicação de massa hoje.

Meu desejo – ou minha utopia – é que meus alunos e ex-alunos incorporem ao seu trabalho como comunicadores as ideias expostas neste livro. Não tenho dúvidas de que, se isso acontecer, a comunicação no Brasil ganhará uma qualidade muito superior à que existe atualmente e a nossa sociedade se transformará num lugar melhor.

Roberto C. G. Castro
São Paulo, abril de 2013

INTRODUÇÃO: A GRÉCIA ANTIGA

Quando se fala em Grécia antiga, não se está tratando de uma coisa só. Na realidade, esse país situado ao sul da península Balcânica, na Europa, que começou a ser colonizado por volta do ano 2000 antes de Cristo, passou por fases muito diferentes ao longo de sua história. Cada uma delas foi importante para a constituição da assim chamada “civilização grega”, fundamental para a formação cultural do Ocidente, já que moldou em boa medida o modo de pensar do homem ocidental. Da democracia à valorização do esporte, passando pelo teatro, pela literatura, pela filosofia e pela própria ideia de liberdade – que leva o cidadão a depender unicamente de si mesmo para conduzir a existência, sem precisar recorrer a nenhuma autoridade superior –, toda a vida e o pensamento ocidental estão fortemente marcados pela criatividade e pelo gênio grego antigo. Foi por essa razão que o poeta romântico inglês Percy Shelley (1792-1822) afirmou: “We are all Greeks” (“Somos todos gregos”).

Desde a origem do povo grego até a conquista do seu território por Roma, no século II antes de Cristo, a Grécia passou por cinco períodos distintos, classificados pelos historiadores da seguinte forma: período micênico, período obscuro, período arcaico, período clássico e período helenístico. A seguir, daremos as características principais de cada uma dessas etapas de formação da Grécia antiga. As datas são aproximadas, pois nem mesmo os historiadores e arqueólogos concordam entre si a respeito delas.

Período micênico (de 1600 a 1100 antes de Cristo)

No período micênico, o território hoje chamado de Grécia estava dividido em várias e dispersas comunidades, cada uma delas centralizadas num palácio e seu rei – *basileus*, em grego –, que era ao mesmo tempo o líder político, militar, religioso e econômico do lugar. As principais comunidades, nessa época, são Micenas – a maior delas e a mais explorada pela arqueologia, de onde deriva o nome desse período da história grega –, Tirinto, Pilos, Tebas e Esparta.

Era uma sociedade de guerreiros. O rei, em seu palácio, dominava toda a vida da comunidade amparado por uma corte de nobres. Estes, por sua vez, não eram pacatos cidadãos dedicados a uma vida de prazer e luxúria. Antes, eram bravos guerreiros sempre em busca da conquista de mais territórios e riquezas. Não sair à luta, à procura de grandes façanhas, representava uma atitude indecorosa e indigna para homens livres

como eles. Era assim, através da guerra, que eles conquistavam para si a honra e a glória, os grandes valores da época.

Já nesse período inicial da formação da civilização grega há uma rica atividade cultural e econômica. Conhece-se a escrita – que os especialistas chamam de Linear B, uma forma muito rudimentar do idioma grego –, é produzida uma sofisticada cerâmica e se pratica um intenso comércio marítimo. A mitologia ostenta os mesmos deuses que influenciarão profundamente os gregos ao longo dos séculos – entre eles, Zeus, Apolo e Atena –, com algumas diferenças: Possêidon, por exemplo, que é conhecido até hoje como o deus dos mares, no período micênico era um deus terrestre, abençoador da agricultura e das colheitas.

Foi no período micênico que ocorreu a famosa guerra de Troia. Segundo a mitologia, essa guerra colocou em combate as cidades gregas contra a cidade de Troia, na costa da atual Turquia, do outro lado do mar Egeu. Foi causada pelo fato de Helena, esposa de Menelau, rei de Esparta, ter ido para Troia com Páris, também chamado de Alexandre, um príncipe troiano. Não se sabe ao certo se ela foi raptada ou se foi de boa vontade, movida pela paixão por Páris. Seja como for, ela deixou Esparta e se instalou em Troia, causando a ira de Menelau, que convocou os reis das demais cidades gregas para, com seus exércitos, partir para Troia e recuperar Helena. Comandados por Agamêmnon, rei de Micenas e irmão de Menelau, os gregos venceram a guerra depois de dez anos de lutas e combates sangrentos.

A vitória sobre os troianos se deu graças a um astucioso plano dos gregos. Estes construíram um imenso cavalo de madeira e, dentro dele, esconderam dezenas de soldados gregos. Num certo dia, deixaram o cavalo diante de Troia e se retiraram com seus navios. Vendo isso, os troianos pensaram que os gregos tinham desistido da guerra e deixado um presente, como um reconhecimento pela vitória troiana. Abriram os portões da cidade, trouxeram o cavalo para dentro e começaram a festejar. De madrugada, quando os troianos estavam bêbados de tanto celebrar a suposta vitória, foi fácil para os soldados gregos sair do cavalo, matar os troianos e conquistar a cidade. Note-se que desse episódio vem a hoje famosa expressão “presente de grego” – como se chama aquele presente que só traz problemas para quem o recebe.

O fim do período micênico aconteceu, possivelmente, por causa da invasão dos dórios, um povo guerreiro e rude que, vindo da Europa central, penetrou na Grécia e destruiu tudo o que encontrou pela frente, sem deixar pedra sobre pedra. Os palácios micênicos e seus reis desapareceram para sempre e, com eles, a rica civilização que florescera no

mundo grego ao longo de cinco séculos. Isso determinou o início de um novo período da história grega antiga.

Período obscuro (de 1100 a 900 antes de Cristo)

A destruição provocada pelos dórios foi de tal proporção que causou uma profunda depressão econômica e cultural no mundo grego. A escrita desapareceu – já que os dórios eram ágrafos, ou seja, desconheciam a escrita –, o comércio marítimo cessou e a rica cerâmica micênica deu lugar a uma cerâmica pobre e rudimentar. A agricultura perdeu o vigor – causando a escassez e a fome – e a população diminuiu. A estagnação foi tão grave que há poucos testemunhos materiais capazes de dar informações mais precisas sobre essa época. Devido a essa falta de dados e à baixa atividade cultural e econômica, os especialistas denominam esses dois séculos da história grega de “período obscuro”, “período das trevas” ou ainda “idade das trevas”.

Ao final desse período, aconteceu um fenômeno que traria importantes consequências para o mundo grego. Em diferentes pontos do território da Grécia, um grupo de aldeias se reuniu para formar uma cidade – o que os especialistas chamam de *cinicismo* (o movimento de união de aldeias que dá origem a cidades). Isso causou um “renascimento” das atividades econômicas e culturais, mudando a configuração social e política e introduzindo uma nova era no mundo grego antigo.

Período arcaico (de 900 a 508 antes de Cristo)

Ao entrar no chamado período arcaico, a Grécia apresenta uma configuração completamente diferente. Não existem mais os palácios, destruídos pelos dórios. O que predomina agora são as *póleis* (no singular, *pólis*), as cidades-estado. Estas são comunidades autônomas e independentes, que possuem, cada uma delas, o seu próprio governo e legislação – embora estejam unidas pela mesma cultura, pois em todas elas se fala a língua grega e se cultuam os deuses do panteão grego. Inúmeras *póleis* se desenvolvem nesse período, como Atenas, Corinto e a já citada Esparta. Além disso, dá-se um importante movimento migratório, em que colônias gregas são fundadas em várias regiões do mar Negro e do Mediterrâneo, desde as costas da Ásia Menor (atual Turquia) até o sul da Itália (chamado na Antiguidade de Magna Grécia). Ainda que ligadas, em alguns casos, às suas cidades de origem, essas colônias se constituirão como cidades-estado independentes e autônomas.

Embora as guerras continuem existindo, a vida grega assume um caráter menos militar e mais civil. Isso não vale para Esparta – que se manterá fiel ao militarismo –, mas explica bem o desenvolvimento de Atenas, que mais tarde se transformará no maior centro irradiador de cultura do mundo antigo.

Nessa época, Atenas é uma cidade oligárquica, comandada por um conselho de anciãos reunidos no Areópago, então o principal órgão executivo da *pólis*. É o Areópago que, sediado na colina de Ares, comanda os destinos de Atenas.

Herdeiros dos antigos reis micênicos, os nobres, já retirados da guerra, agora canalizam seu espírito guerreiro para a competição esportiva. A prática de esporte será tão valorizada pela nobreza que dará origem a grandes jogos, reunindo gregos de todas as regiões e cidades, mesmo aquelas que são inimigas. Entre essas competições contam-se os Jogos Píticos (realizados em Delfos, em honra ao deus Apolo), os Jogos Ístmicos (promovidos em Corinto, em louvor do deus Possêidon) e o mais importante deles, os Jogos Olímpicos, que ocorriam a cada quatro anos na cidade de Olímpia em honra a Zeus. A primeira edição dos Jogos Olímpicos aconteceu em 776 antes de Cristo.

A honra e a glória continuarão a ser – como acontecia no já longínquo período micênico – os grandes valores do mundo grego arcaico. Todo nobre tem a obrigação de conquistá-las. Porém, essa conquista não se dará mais na guerra, no campo de batalha, visto que a época das grandes façanhas heróicas já passou. Agora, obtém-se a honra e a glória através da competição esportiva. O cidadão valoroso, o nobre da mais fina estirpe passa a ser aquele que derrota mais adversários na arena esportiva.

Na área da literatura, o período arcaico assiste ao surgimento de duas obras da mais alta importância para a cultura grega e para a história do Ocidente. Está-se referindo à *Ilíada* e à *Odisseia*, dois poemas épicos atribuídos ao mesmo autor, Homero. Embora essa autoria seja controversa – há autores que defendem que Homero nem mesmo existiu –, o fato é que a Grécia antiga legou à posteridade esses dois poemas que moldarão a forma de pensar dos gregos e influenciarão todos os grandes escritores e artistas modernos e contemporâneos, desde Shakespeare, na Inglaterra, até Goethe, na Alemanha, e Machado de Assis, no Brasil.

A *Ilíada* é um relato da guerra de Troia. Suas páginas são uma sequência de sangrentas batalhas entre gregos e troianos, além do registro da ação dos deuses na guerra, uns (como Apolo) em favor dos troianos, outros (como Atena) do lado grego. Acima de todos está Zeus, fustigado por sua esposa Hera e apoiando ora os soldados gregos, ora Troia. Conhecidos por intermédio de outras fontes, os episódios sobre a partida de

Helena para Troia e sobre o cavalo dado “de presente” para os troianos, que determinou a vitória dos gregos, não se encontram na *Ilíada*, que prioriza as ações do guerreiro grego Aquiles. Este, irritado com um insulto que lhe foi imposto por Agamêmnon, se retira da guerra, o que faz com que os gregos percam terreno no campo de batalha. Só depois que Aquiles retorna aos combates, insuflado pelo ódio a Heitor, que matara seu amigo Pátroclo, é que a situação se inverte e os gregos passam a ter vantagem.

Já a *Odisseia* conta o retorno de um dos guerreiros gregos que lutaram na guerra de Troia, Ulisses, rei de Ítaca, para sua casa. Essa viagem de Troia para Ítaca é tão cheia de aventuras que o herói leva dez anos para completá-la. Ao longo do caminho, Ulisses – também chamado de Odisseu – enfrenta inúmeros desafios. Um deles responde pelo nome de Ciclope, o gigante de um olho só.

Ulisses e seus amigos são presos no fundo de uma caverna por Ciclope, que tem o estranho hábito de, ao final do dia, se alimentar dos prisioneiros. Antes de se ver comido pelo gigante, Ulisses – famoso não só pela sua imensa força física, mas também pela inteligência e esperteza com que se livra de situações difíceis – concebe um plano para se libertar. Ele percebe que o seu anfitrião conserva uvas no fundo da caverna. Com elas, produz um delicioso vinho, sem misturas, puro extrato de uva, com alto teor alcoólico. Oferece ao gigante, que não conhece a bebida e, desconfiado, dá o primeiro gole. Ele percebe então a delícia desse líquido dos deuses e exige mais. Ulisses enche o copo do Ciclope quantas vezes este deseja, até que, dominado pelo álcool, o gigante cai desacordado, com um grande estrondo. Ulisses se aproveita da situação para, com a ajuda de seus amigos, enfiar com força um afiado tronco de árvore no olho do gigante, que se levanta cheio de dor, abre a caverna e sai correndo em busca de alívio. E dessa forma Ulisses e seus companheiros ficam livres.

É interessante perceber que, embora tenham surgido no período arcaico, a *Ilíada* e a *Odisseia* estão repletas de referências a uma época muito mais antiga, o período micênico. Reis e palácios, que aparecem em abundância nas duas obras – Menelau é rei de Esparta e Ulisses é rei de Ítaca, por exemplo –, são típicas instituições micênicas, que, como vimos, não existem mais no período arcaico, em que predominam as cidades. É por isso que as obras de Homero constituem uma importante fonte de conhecimento do mundo micênico para os historiadores e arqueólogos, pois certos aspectos e características daquele mundo só se encontram na *Ilíada* e na *Odisseia*.

Outros grandes poemas surgiram no período arcaico. Por volta do ano 700 antes de Cristo, Hesíodo compôs *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*. O primeiro conta a origem

dos deuses e o segundo registra preceitos morais e conselhos práticos sobre o trabalho na agricultura. Poucos séculos mais tarde, ainda no período arcaico, há o desenvolvimento da poesia lírica – assim chamada por se referir a versos para serem cantados ao som da lira. De forma inédita para o pensamento grego – acostumado com os grandes poemas épicos de Homero, que retratam as façanhas de heróis e deuses –, os poetas líricos vão expressar seus próprios sentimentos, revelar sua intimidade e destacar sua individualidade. Exemplo dessa expressão são os poemas de Safo, que viveu na ilha de Lesbos, provavelmente a maior poetisa do mundo antigo, de cuja obra restam apenas poucos fragmentos.

Um desses fragmentos, que dá uma boa ideia da beleza da arte de Safo, são os versos a seguir, que a poetisa, com ciúmes, dedicou à sua amante, Átis, após esta se apaixonar por um jovem:

*Para mim é semelhante aos deuses
o homem que sentado ao teu lado
ouve de perto a tua doce fala
e o teu sorriso desejável
que me fazem bater o coração
no fundo do meu peito. Porque
quando te vejo um instante que seja
as palavras me faltam,
minha língua parte-se e de repente
corre-me sob a pele um fino fogo,
nada mais conseguem ver meus olhos,
zumbem-se os ouvidos
inunda-me o suor, agita-me toda
um tremor, fico mais pálida que a erva
e em minha loucura quase pareço uma morta¹*

Entre os mais famosos poetas líricos contam-se ainda Tirteu, Arquíloco, Píndaro, Simônides, Teógnis e Sólon. Este último merece atenção especial, pelo que representou para a história de Atenas, sua cidade.

Acontece que Sólon de Atenas não foi apenas um poeta lírico, mas também legislador. Em 593 antes de Cristo, eleito arconte – o principal cargo da cidade –, ele criou leis que, embora na sua época tenham gerado poucos efeitos práticos, são o ponto de partida para o nascimento, quase cem anos depois, desse regime de governo tão valorizado hoje chamado democracia.

¹ Tradução de Guilherme de Almeida, citado por Gilda Naécia Maciel de Barros em *Sólon de Atenas – A cidadania antiga*, p. 37.

Uma dessas leis permitia que os mais ricos cidadãos atenienses fossem indicados para o Areópago e participassem do governo da cidade, antes uma exclusividade da nobreza. A nova legislação não provocou mudanças imediatas, pois na época os mais ricos eram os mesmos nobres detentores do poder. No entanto, ela abriu caminho para que, a partir de então, cidadãos comuns, sem sangue real, que se destacavam em suas atividades comerciais e enriqueciam, ocupassem os mais altos cargos políticos.

Sólon concedeu à Assembleia dos cidadãos – a *Ekklesia*, em grego, da qual todos podiam participar – a incumbência de eleger magistrados e fortaleceu o tribunal popular (*Heliéia*), também composto por homens do povo. Criou ainda a *Boulé*, um conselho de 400 membros responsável pela organização e direção das sessões da *Ekklesia*. Outra medida de Sólon foi a proibição da escravidão por dívidas, garantindo a integridade física do indivíduo, o que está na base do moderno direito de proteção ao ser humano. Graças a essa atuação, Sólon é conhecido como o “pai da democracia”, embora não estivesse em seu horizonte, em nenhum momento, instituir um governo “do povo”.

Depois de Sólon, Atenas experimentou décadas de tirania – forma de governo em que o principal mandatário assume o poder pela força e, para governar, se apóia nas classes menos favorecidas do povo. Mas, apesar da desconfiança dos gregos em relação ao tirano Pisístrato, que dirigiu Atenas de 561 até 527 antes de Cristo – excetuando dez anos em que viveu exilado –, este soube conduzir bem os destinos da cidade, a se acreditar no testemunho de autores antigos.

Segundo esses autores, Pisístrato manteve em vigor as leis de Sólon, foi o primeiro a orientar os negócios de Atenas para o mar Egeu, deu início às importações de trigo – do qual Atenas será sempre dependente – e, para pagar o cereal, promoveu o desenvolvimento da cerâmica ateniense e mandou cunhar as primeiras moedas com a efígie de Atena – as famosas “corujas”. Também estimulou o cultivo da oliveira para a produção de azeite, um dos principais produtos de exportação atenienses. E mais: ordenou a construção dos primeiros templos na Acrópole de Atenas (a parte alta da cidade), criou festivais como as Grandes Dionisiacas e parece ter sido o responsável pela compilação e edição escrita da *Ilíada* e da *Odisseia*, de Homero, até então transmitidas oralmente.

Depois da morte do tirano, seus filhos Hípias e Hiparco governaram Atenas por mais 17 anos, sem o mesmo brilho e eficiência do pai, até que foram destituídos em 510 antes de Cristo. A queda da tirania e a ascensão de Clístenes – o líder que, em 508, tomará medidas consideradas essenciais para o nascimento efetivo da democracia em Atenas –

podem ser consideradas o marco que define o fim do período arcaico e o início do período clássico.

Período clássico (de 508 a 338 antes de Cristo)

As reformas de Clístenes no governo de Atenas marcam o nascimento da democracia. Embora não tenha esse nome – a expressão *demou krátos* (poder do povo) parece ter surgido algumas décadas depois –, o regime inaugurado por Clístenes se caracteriza pela isonomia, ou seja, pela igualdade de todos perante a lei, princípio democrático fundamental. Para garantir essa isonomia, o líder ateniense fortaleceu a Assembleia dos cidadãos, a *Ekklesía*, na qual todos tinham direito de se expressar e votar livremente, e instituiu o sorteio e eleições como forma de preencher os cargos públicos. Para preservar o regime, criou o ostracismo, uma forma de punição que condenava a dez anos de exílio quem atentasse contra as instituições da cidade.

Além disso, Clístenes mudou a organização social de Atenas, antes baseada em quatro tribos formadas pelos antigos nobres. A cidade passou a ser dividida em dez tribos, cada uma delas composta por três *trítias* (formadas por cidadãos advindos das três áreas geográficas de Atenas: a cidade, a costa e a montanha). As *trítias*, por sua vez, se subdividiam em vários *demos*, a unidade política e administrativa da *pólis* ateniense, em que todo cidadão deveria estar registrado. Clístenes também elevou para 500 o número de membros da *Boulé* – o conselho criado por Sólon para dirigir as sessões da Assembleia dos cidadãos –, sendo 50 de cada uma das dez tribos.

Essa nova organização, racional e matemática, enfraqueceu a influência política das famílias aristocráticas e deu o primeiro impulso para a consolidação do poder popular em Atenas.

Outro fator que favoreceu a democracia em Atenas foram as chamadas Guerras Médicas – as batalhas travadas pelas cidades gregas contra um inimigo comum, o império medopersa, a Pérsia. Ao longo de décadas, houve vários conflitos que opuseram gregos e persas. Os mais famosos são as batalhas de Maratona, Salamina e Plateias, ocorridas respectivamente nos anos 490, 480 e 479 antes de Cristo, todas elas vencidas pela Grécia, que conseguiu afastar o inimigo de seu território para sempre – embora ele continuasse a representar para os gregos uma ameaça, mesmo que distante.

Uma das principais consequências das Guerras Médicas foi o fortalecimento de Atenas, que saiu dos conflitos como a maior potência do mundo grego. Em 477 antes de Cristo, com a justificativa de se preparar para evitar novas agressões da Pérsia, as cidades

gregas fundaram a Confederação de Delos, sob a liderança de Atenas. Cada membro da liga, sediada na ilha de Delos, no centro do mar Egeu, passou a fornecer tropas, navios e recursos financeiros para a aliança. Anos depois o tesouro da Confederação foi transferido para Atenas, que com esses recursos reconstruiu o porto do Pireu e edificou templos e edifícios, transformando e remodelando a paisagem urbana.

Em 462 antes de Cristo, Atenas desferiu um “golpe de misericórdia” no já enfraquecido poder das famílias aristocráticas e confirma definitivamente sua vocação democrática. Aquele foi o ano em que Efialtes, um dos líderes da cidade, propôs nova reforma das instituições de Atenas, transferindo as principais atribuições do Areópago para a Assembleia dos cidadãos e os tribunais populares. Ao velho conselho de anciãos – outrora a mais poderosa instituição da *pólis* – cabia agora julgar apenas casos de homicídio e crimes religiosos. À *Ekklesia* e aos tribunais populares foi entregue todo o poder. A democracia alcançava o seu auge.

Cada vez mais, o povo passou a comandar os destinos de Atenas. Todas as decisões – desde as mais simples às mais complexas e importantes – eram tomadas na Assembleia dos cidadãos, que se reunia uma vez por mês numa colina chamada Pnix e, calcula-se, podia reunir cerca de cinco mil pessoas por sessão.

As sessões da *Ekklesia* funcionavam da maneira seguinte. Qualquer cidadão podia fazer uma proposta para a cidade – por exemplo, a construção de um teatro –, que era entregue à *Boulé*, o conselho de 500 membros encarregado de organizar os encontros da Assembleia e elaborar a pauta do dia. Na sessão marcada para discutir a proposta, eram convocadas as pessoas que desejavam falar a favor da construção do teatro e aquelas contrárias a essa medida, a fim de convencer os cidadãos a votar desta ou daquela forma. Todos os que quisessem discursar, a favor ou contra, tinham esse direito garantido. Ninguém podia ser impedido de falar, por qualquer motivo que fosse. Note-se que essa é a origem de algo muito prezado nas democracias modernas – a liberdade de expressão.

Depois que os oradores terminavam de discursar, procedia-se à votação da proposta, que era feita com os cidadãos levantando uma das mãos. Contavam-se os votos favoráveis e os votos contrários. A maioria ganhava a votação e sua decisão era cumprida. Sem nada parecido com um rei, um presidente ou um prefeito, era assim que Atenas decidia todas as questões relativas à cidade.

Não é de estranhar, portanto, que a retórica – a arte de convencer através do discurso – tenha se desenvolvido imensamente em Atenas e nas demais cidades democráticas da

Grécia, pois através dela é que se determinavam os destinos da *pólis*. Não espanta também o alto conceito de que gozava, nessas democracias, a figura do orador, especialmente o grande orador, aquele que conseguia convencer mais cidadãos e ganhar as disputas retóricas na Assembleia. Tanto que os principais valores da época, os mesmos que desde sempre moldaram o imaginário grego – a honra e a glória –, passaram a ser conquistados não mais através da guerra, como acontecia no período micênico, ou da competição esportiva, como ocorria no período arcaico, e sim através da vitória na Assembleia dos cidadãos.

Mas a época de maior esplendor de Atenas ainda estava por vir. A cidade teve a feliz oportunidade de contar com a liderança de um estadista notável, Péricles. Político e orador brilhante, Péricles era reconduzido anualmente, pelos cidadãos, à função de *estratego* – o comandante militar. Nesse cargo, ele dominou a cena política de Atenas e conduziu os rumos da cidade durante mais de uma década. Sua atuação exerceu tal influência sobre a história grega que o século V antes de Cristo – época em que transcorreu a vida de Péricles – é conhecido como “o século de Péricles”.

Foi o período de máximo esplendor da história de Atenas. A cidade se transformou, então, na maior potência marítima e comercial do mundo antigo. O Pireu se tornou um movimentado ponto de chegada e partida de navios das mais distantes regiões, que transportavam variados produtos e geravam riquezas. Sempre sob a liderança de Péricles, foi iniciada a construção de suntuosos templos na Acrópole, entre eles o Partenón, dedicado à deusa Atena, protetora da *pólis*, até hoje o símbolo mais famoso de Atenas.

As artes se desenvolvem de forma sem precedentes. Com suas riquezas, cosmopolitismo e dinamismo, Atenas atrai os principais escultores, filósofos e escritores. É a época também em que brilham os grandes dramaturgos gregos, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, que produziram imortais dramas teatrais – as famosas tragédias.

É interessante perceber o desenvolvimento da tragédia grega na obra desses três grandes autores, que alteram sua temática de acordo com o espírito do tempo. Em Ésquilo, por exemplo, o mais velho deles, de quem restaram sete peças – entre elas a trilogia *Oresteia* –, predominam temas ligados à antiga mitologia, em que o poder dos deuses, infinitamente superior ao dos homens, é exercido implacavelmente contra os crimes e o orgulho humano.

Já Sófocles – influenciado pelo pensamento filosófico que, em sua época, se voltava para temas como a moral, o bem e o mal – reproduz preocupações mais humanas. É

dele, por exemplo, a tragédia *Antígona*, uma de suas sete peças restantes, que questiona a superioridade das leis escritas sobre a lei não-escrita, eterna, imutável, que habita no interior mais profundo de cada pessoa. Diante do decreto do rei de Tebas, Creonte, que proibia o sepultamento do corpo de Polinices – morto ao tentar se apoderar do trono tebano – a fim de intimidar os revoltosos e impedir novas tentativas de sublevação, Antígona, irmã de Polinices, se levanta contra a determinação real. Para justificar sua ação, alega que não pode deixar de cumprir aquela ordem inapelável do seu coração – dar um destino digno ao seu irmão de sangue –, ainda que essa ordem viole a lei instituída.

As dezoito peças que restaram de Eurípides, por sua vez, têm como tema predominante as paixões humanas, bem ao gosto da sociedade ateniense da época, marcada pelo individualismo e pelo relativismo – de que se falará adiante.

Paralelamente à tragédia, Atenas assiste também ao desenvolvimento da comédia, gênero do qual o grande representante é Aristófanes. Um crítico conservador da sociedade de seu tempo, Aristófanes usa o teatro cômico para combater as novas ideias surgidas com a ascensão da democracia e para criticar os dirigentes da cidade.

Uma de suas onze peças conhecidas, *Os cavaleiros*, ridiculariza os políticos democráticos que substituíram os homens de fina estirpe do passado. Nela, o Salsicheiro – que representa Cléon, o líder que substituiu Péricles quando este morreu, em 529 antes de Cristo – se mostra preocupado por ter que assumir a chefia da cidade:

Salsicheiro – Diga-me, como eu, um comerciante de chouriço, me tornarei um “personagem”?

*Primeiro Escravo – Precisamente por isso que tu te tornas grande: porque és um patife, um vagabundo, um insolente.*²

O diálogo continua:

Salsicheiro – Mas, meu caro, não tenho a mínima instrução. Conheço as primeiras letras, e ainda bem pouco, bem mal.

*Primeiro Escravo – Teu único erro é conhecê-las, mesmo “bem pouco, bem mal”. Dirigir o povo não é para homens instruídos e de bons modos, mas para um ignorante, um tratante. Vamos, não despreza o que os deuses te oferecem nos seus oráculos.*³

É chegado o momento de falar do filósofo Sócrates, contemporâneo de Aristófanes e dos outros grandes dramaturgos gregos. Nascido em Atenas, Sócrates foi condenado à morte pelo tribunal popular da cidade, sob a acusação de corromper a juventude e de

² Aristófanes, *Os cavaleiros*, 180.

³ Aristófanes, obra citada, 190.

não acreditar nos deuses. Sentenciado a beber cicuta – um poderoso veneno extraído de uma planta nativa da região do Mediterrâneo –, ele morreu em 499 antes de Cristo.

Obviamente, a acusação foi um mero pretexto usado por inimigos do filósofo para colocá-lo fora de cena. E Sócrates fizera muitos inimigos – não por seu temperamento, mas pelas perguntas que elaborava e pelo constrangimento que estas geravam em seus interlocutores.

Acontece que Sócrates, ao contrário dos filósofos gregos que vieram antes dele e que são considerados os fundadores do pensamento filosófico – entre eles, Tales de Mileto, Anaximandro e Xenófanés –, não estava preocupado com o movimento dos astros celestes, a composição da matéria e a origem do universo. Antes, dedicava-se a investigar o ser humano e suas ações. Em busca desse conhecimento, percorria as ruas e praças atenienses à procura de alguém que respondesse a questões como “O que é a justiça?”, “O que é o bem?”, “O que é o mal?” e “O que é o amor?”.

Diante de um general acostumado à guerra, por exemplo, perguntava: “O que é a coragem?”. O militar, plenamente convicto de que sabia a resposta, dizia: “Coragem é quando vou para o campo de batalha e não recuo enquanto não destruo o inimigo”. Sócrates replicava que essa resposta não é a definição de coragem nem revela a essência do que é coragem, mas apenas oferece um exemplo dessa virtude. Sócrates queria saber o que é, na sua essência, a coragem. Ao final do diálogo, o interlocutor descobria que, de fato, ele não conhecia aquilo que há poucos minutos tinha certeza absoluta de que conhecia. Certamente, essa prática de minar as convicções das pessoas – e isso em plena praça pública, diante dos olhares de todos os demais cidadãos – criou muitas inimizades, e foi o que levou à condenação e morte de Sócrates. No entanto, o filósofo legou à posteridade a ideia de que a razão humana é extremamente limitada diante da inesgotável realidade à sua volta e de que o homem não conhece plenamente as coisas – mesmo que esteja cheio de convicções e certezas absolutas.

Mas essa não foi a única contribuição de Sócrates. O filósofo deve ser considerado também o patrono de todos os verdadeiros mestres, professores e educadores. Isso em razão de sua “didática”. Pois Sócrates era um mestre que não tinha como objetivo fazer com que os discípulos pensassem como ele mesmo pensava ou que agissem como ele mesmo agia. Antes, buscava desenvolver nos aprendizes o que estes tinham de melhor dentro deles – seus dons e talentos. A tarefa do mestre, segundo essa perspectiva socrática, é estimular o desenvolvimento da imensa riqueza que cada um traz dentro de si, o que contribui para a sua plena realização como ser humano. Algo bem diferente da

educação moderna, voltada para incutir no aluno conteúdos supostamente úteis para a sua atuação na sociedade.

A condenação e a morte de Sócrates, no início século IV antes de Cristo, parecem simbolizar a decadência de Atenas, que nessa época começa a dar os primeiros sinais. A cidade já sofrera um duro golpe com a vitória de Esparta na Guerra do Peloponeso, longo conflito que, entre 431 e 404 antes de Cristo, opôs atenienses e espartanos. Atenas terminou a guerra arrasada e empobrecida, tentando, com dificuldades, se reerguer.

Outro fator que contribuiu para que Atenas perdesse o brilho de outrora foi o movimento sofístico. Surgidos na segunda metade do século V antes de Cristo, os sofistas eram oradores e professores de retórica que percorriam as cidades gregas oferecendo seus ensinamentos, mediante pagamento, para jovens que queriam aprender a arte de discursar, a fim de se destacar nas Assembleias dos cidadãos. Os mais famosos sofistas foram Protágoras, Górgias, Hípias e Pródico.

Os sofistas não apenas ensinavam técnicas retóricas. Junto com elas, transmitiam também suas ideias, revolucionárias para a época. Essas ideias são marcadas pelo relativismo em todas as áreas, seja na moral, na religião ou no direito. Para os sofistas, não existe uma verdade absoluta. O que é moral em Atenas é imoral em Esparta. A existência dos deuses e sua interferência na vida humana não podem ser provadas, portanto estão sujeitas à dúvida. Há sempre que se fazer uma distinção entre o que é natureza e o que é cultura, produzida pela sociedade. Tudo o que for cultura – as leis escritas, por exemplo – poderá ter a validade contestada. Afinal, o homem que instituiu uma norma no passado não é superior ao homem do presente, que por isso pode revogar a antiga legislação e instituir uma nova regra. Certamente, tais conceitos contribuíram para ruir os fundamentos éticos, morais e religiosos em que a sociedade ateniense estava firmemente assentada.

Por fim, há ainda outra explicação para a decadência de Atenas: a radicalização da democracia. Depois de 150 anos vivendo sob o regime democrático, os cidadãos parecem ter confundido liberdade com falta de responsabilidade, igualdade com irreverência, direitos com indisciplina, pois se entregaram ao máximo gozo dos privilégios oferecidos pela cidade, esquecendo-se de suas obrigações. Desejavam todos os direitos – votar na Assembleia, ser iguais aos outros perante a lei, possuir ampla liberdade, ser honrados como cidadãos – sem os deveres, que incluíam contribuir financeiramente com a cidade, ir à guerra ao invés de enviar mercenários, respeitar as

autoridades e ter disciplina. O resultado desse comportamento foi o mau funcionamento das instituições de Atenas, que jamais recuperou a força e o vigor da época de Péricles. Mas, embora a decadência de Atenas caracterize as últimas décadas do período clássico, isso talvez não seja válido para pelo menos um setor – o da cultura. Pois não se devem considerar decadentes uma época e um lugar que produziram filósofos como Platão e Aristóteles, dois dos maiores pensadores da história da humanidade.

Nascido em Atenas, Platão fundou em 387 antes de Cristo a Academia, uma escola de ensino superior que se dedicava a estudar todas as coisas, divinas e humanas, com total liberdade de pensamento. Esse conceito de ensino superior – estudar todas as coisas sem restrição de nenhuma espécie – se transformou no grande ideal das modernas universidades ocidentais, instituídas no século XII, na Europa, que nasceram justamente sob inspiração das ideias platônicas. Na Academia, Platão compôs os seus famosos Diálogos, entre eles *A República*, *O Banquete*, *Fédon* e *Apologia de Sócrates*. Nessas obras, em que os personagens conversam entre si – daí por que são chamados de Diálogos –, o filósofo expõe seu pensamento, sempre num estilo literário de rara beleza. Entre seus mais profundos conceitos está a teoria das Ideias, segundo a qual as coisas do mundo sensível são cópias efêmeras das Ideias perfeitas, eternas e imutáveis que se encontram no mundo das Ideias – e que podem ser acessadas através do pensamento, da reflexão, do raciocínio.

Já Aristóteles estudou durante vinte anos na Academia de Platão e se tornou o seu mais brilhante discípulo. Tendo divergido do mestre em alguns aspectos do pensamento, elaborou uma filosofia que, embora também considere a dimensão metafísica do mundo, está voltada e se faz a partir da realidade, das coisas materiais. Como expressa uma famosa comparação entre os dois filósofos, Aristóteles “baixou à terra” a filosofia platônica. Para explicar a origem das coisas sensíveis, por exemplo – que Platão identifica com as Ideias eternas –, Aristóteles concebe uma teoria que estabelece as “causas do ser”: a causa material (que causa a matéria do ser), a causa formal (que dá forma a essa matéria), a causa final (que se refere à finalidade do ser) e a causa eficiente (que gera todo esse processo).

Enciclopédico, Aristóteles se dedicou ao estudo de várias áreas do conhecimento – desde a física e a biologia até a psicologia, a política, a poesia e a moral – e foi o fundador de uma delas: a lógica. Nascido em Estagira, cidade da Macedônia, e por isso às vezes chamado de “o Estagirita”, compôs, entre várias outras obras, *Metafísica*, *Ética*, *a Nicômaco*, *Física*, *Política*, *Retórica* e *Poética*. Como o seu mestre, Platão, também

fundou uma escola de ensino superior, a que deu o nome de Liceu, em 336 antes de Cristo.

Platão e Aristóteles não foram os únicos grandes personagens do final do período clássico grego. Outros vultos célebres dessa época foram Isócrates e Demóstenes. Isócrates foi um professor de retórica que exerceu forte influência sobre a política de Atenas. Demóstenes, considerado o maior orador da Antiguidade, foi um dos homens que mais lutaram – sem sucesso – para evitar o triste desfecho que se abateu sobre a outrora mais gloriosa *pólis* da Grécia: a conquista da cidade por um “bárbaro”, Felipe II, rei da Macedônia, que há muitos anos acalentava o desejo de ser o senhor de todo o mundo antigo.

No ano 338 antes de Cristo, o poderoso exército de Filipe venceu as tropas gregas na Batalha de Queroneia. Isso representou o fim da independência das cidades gregas, agora tornadas possessões da Macedônia, e determinou o término do período clássico. Uma nova era se desenhou diante do mundo grego antigo.

Período helenístico (de 338 a 146 antes de Cristo)

Dois anos depois da Batalha de Queroneia, Filipe foi assassinado por um dos seus soldados. Quem sucede o rei é seu filho, Alexandre, chamado “o Grande”.

Imediatamente, Alexandre deu início à expansão do império herdado do pai. Com a Grécia já dominada, ele conquista mais e mais territórios. Primeiro, a Ásia Menor (atual Turquia), a Palestina, o Egito e o norte da África. Depois, a Pérsia – aquela que dera tanto trabalho aos gregos e sempre fora para eles uma grande ameaça –, a Mesopotâmia, os confins da Ásia. Alexandre chegou até as portas da Índia e só não prosseguiu, dando continuidade ao seu intenso desejo de conquistas, porque seus generais não aguentaram mais as viagens e os combates tão cansativos, ensaiaram uma rebelião e convenceram o grande conquistador a retornar.

Em todos os lugares que anexava ao seu vasto império, Alexandre disseminava a cultura grega, que ele admirava com paixão. Ele mesmo se considerava um novo Aquiles, o herói da *Ilíada*, de Homero, livro que o macedônio levava em suas expedições. Soldados da Macedônia se estabeleciam no lugar conquistado e ali formavam famílias. Isso fez com que, ao fim de algumas décadas, todos os territórios sob poder de Alexandre – desde a Grécia, no oeste, até a Mesopotâmia e a Ásia, no leste – compartilhassem a mesma língua e cultura gregas.

Com isso, os valores predominantes nessa época continuarão a ser a honra e a glória – que perpassam toda a história grega antiga, como visto ao longo deste texto. Mas, de maneira surpreendente, constata-se que o modo de conquistar esses valores volta a ser o mesmo que movia os gregos no distante período micênico: a guerra. Não mais o esporte, não mais a retórica, mas a conquista de territórios e riquezas, num retorno ao mais antigo passado da trajetória grega.

O período helenístico, portanto, se caracteriza pela expansão da cultura helênica pelo mundo antigo graças às conquistas de Alexandre, o Grande. Recebeu esse nome em referência aos “helenos”, como os gregos também eram conhecidos. É nesse período que se desenvolvem as chamadas filosofias helenísticas: o estoicismo, o epicurismo e o ceticismo. Mas a força maior do espírito e do pensamento grego já havia passado.

O final do período helenístico pode ser determinado pela conquista do império macedônio – então já fragmentado – pelos romanos, em 146 antes de Cristo. Era o término de uma gloriosa civilização que deixou profundas marcas na história e até hoje molda o pensamento e o agir da sociedade ocidental.

1. A RETÓRICA, DA ANTIGUIDADE ATÉ HOJE

Retórica é a arte do discurso persuasivo, a arte de convencer alguém através da palavra. Ela surgiu em tempos imemoriais. Pode-se imaginar que, nos primórdios da humanidade, uma pessoa precisou convencer outra pessoa a respeito de um tema qualquer, numa determinada situação. Por exemplo, certamente houve um momento em que o líder de um grupo nômade teve que persuadir seus companheiros a caminhar rumo ao sul, onde, segundo ele, haveria alimento e água abundantes para todos. Estava criada a arte retórica, que teria uma longa e frutífera trajetória ao longo dos tempos até chegar aos dias atuais, ainda forte e vigorosa.

Na Grécia antiga, a retórica encontrou o campo mais fértil possível para se desenvolver. A arte de convencer perpassa toda a história grega, desde o período micênico até a época de Alexandre, o Grande. Já na *Ilíada* e na *Odisseia* – obras de Homero escritas por volta do século VIII antes de Cristo, que reproduzem valores da sociedade grega anterior ao século XII antes de Cristo – encontram-se personagens que buscam persuadir um público ou um ouvinte através do discurso.

Exemplo da presença da retórica em Homero é o capítulo 9 da *Ilíada*, livro que retrata a célebre guerra entre a Grécia e a cidade-estado de Troia. Ali está registrado o apelo que Ulisses faz a Aquiles, para que este volte a lutar ao lado dos gregos. Aquiles havia abandonado o campo de batalha, sentindo-se profundamente desonrado, porque Agamêmnon, rei de Micenas e principal líder dos gregos, lhe tirara a bela Briseida, mulher da qual o guerreiro havia se apoderado ao saquear a cidade de Tebas.

Em seu discurso, Ulisses apela para vários argumentos. Lembra que os troianos estão prestes a se lançar contra as tropas gregas e a destruir suas embarcações, ancoradas próximo a Troia. Diz que, mais tarde, caso os troianos vençam o conflito, Aquiles sofrerá amargamente ao ver a desgraça dos gregos, sem nada ter feito para evitá-la. Cita palavras de Peleu, pai de Aquiles, que lhe recomendara renunciar à discórdia, deixar a cólera e conter a soberba do coração, “pois mais vale a benevolência”. Enumera os muitos presentes oferecidos por Agamêmnon, em troca do seu retorno à guerra: dez talentos de ouro, vinte caldeirões, doze cavalos de corrida, sete belas mulheres de Lesbos e, além delas, Briseida, a mulher que lhe havia sido tirada. Por fim, Ulisses recorre a um valor caro aos gregos da Antiguidade – a glória pessoal –, dizendo:

*Se, porém, continuas a odiar o Atrida, a ele e a seus presentes, tem piedade ao menos dos outros panaqueus, mortificados neste exército, que te honrarão como a um deus; pois, entre eles, enorme é a glória que podes colher.*⁴

O discurso de Ulisses não foi suficiente para persuadir Aquiles, que, muito magoado, continuará longe da guerra. O guerreiro voltará ao conflito somente quando Pátroclo, seu amigo, for morto pelo príncipe troiano Heitor, como relatado no capítulo 16 da *Ilíada*. No entanto, as palavras de Ulisses ficaram eternizadas como um dos mais belos e antigos exemplos da retórica praticada pelos gregos.

Na *Odisseia* não é diferente. Nesse livro, que relata o retorno de Ulisses de Troia para seu palácio, em Ítaca, na Grécia, também se encontram vários exemplos de discursos persuasivos. No capítulo 12, por exemplo, logo após ter deixado a ilha das Sereias – cuja encantadora voz Ulisses pôde ouvir sem ser arrastado por elas, pois ordenara a seus homens que o amarrassem no mastro do navio –, o bravo guerreiro grego se vê mais uma vez ameaçado por um grande perigo. Desta vez, forma-se uma tormenta descomunal, que agita o mar e faz surgir enormes ondas que chegam a encobrir sua nau. Diante dessa situação, Ulisses precisa fazer com que seus homens – que estão desesperados, a ponto de desistir da vida e se lançar ao mar – remem sem parar, até ficarem livres da tormenta. Ele consegue isso através do discurso.

Correndo de ponta a ponta da embarcação, conta a *Odisseia*, Ulisses exorta seus homens a não largar os remos, a mergulhá-los fundo na água e a movimentá-los com força, a fim de saírem da zona de influência da tormenta. No seu discurso, o guerreiro lembra os “infortúnios” experimentados ao longo da viagem – como a luta contra o Ciclope, o gigante de um olho só – e destaca que, graças à sua “valentia, conselhos e prudência”, tinham conseguido superar todas as aventuras anteriores. Não será diferente desta vez. Se eles obedecerem às suas ordens, serão salvos novamente. Ulisses convenceu seus homens, que seguiram suas instruções e se salvaram. Esse recurso à experiência passada já constitui uma técnica de persuasão, que tem nessa passagem da *Odisseia* mais um de seus mais antigos exemplos.

Mais tarde, já no período clássico da história grega, a retórica estará a serviço de fins bem práticos. No ano 467 antes de Cristo, com a queda da tirania em Siracusa, a democracia foi implantada nessa importante cidade da Sicília, ilha situada ao sul da atual Itália – região conhecida na Antiguidade como Magna Grécia devido às inúmeras

⁴ *Ilíada*, 9. A expressão “Atrida” se refere a Atreu, pai de Agamêmnon, rei de Micenas, e de Menelau, rei de Esparta, e serve também para designar os gregos em geral.

comunidades gregas fundadas ali. Como o tirano Hierão havia feito muitas expropriações de terras ao longo do seu governo, que durou cerca de dez anos, os antigos proprietários foram aos tribunais populares da cidade exigir a restituição de suas posses. Eles precisaram contratar oradores para fazer a sua defesa diante dos tribunais – formados por cidadãos comuns –, o que deu grande impulso à arte retórica.

Tanto que Siracusa se tornou o berço do estudo sistemático da retórica, que teve início com Córax e Tísias, autores do primeiro livro sobre retórica de que se tem notícia, o *Tratado de retórica*, composto em meados do século V antes de Cristo. Nesse livro, hoje perdido – sabe-se dele através de citações feitas por pensadores como Platão e Aristóteles –, Córax e Tísias ensinavam técnicas capazes de convencer uma audiência a respeito da verossimilhança de uma dada tese ou afirmação.

Segundo Córax e Tísias, para persuadir as pessoas, o orador deve utilizar provas materiais que demonstrem a verossimilhança daquilo que defende. Se esse orador, por exemplo, num tribunal, acusa um homem de ter matado a mulher, ele deve apresentar provas do crime: a faca usada para matar, manchada de sangue, testemunhas que presenciaram o assassinato, marcas nas roupas etc. Se, ao contrário, ele defende a inocência do acusado, deve ostentar provas que demonstrem essa inocência: registros de que o homem estava trabalhando e depoimentos de pessoas que estavam com ele na hora do crime. Nesse caso, cabe às pessoas que julgam o acusado pensar, refletir, analisar as provas apresentadas e chegar a uma conclusão, a um veredicto.

Ao ensinar essas técnicas, Córax e Tísias deram início a uma primeira tradição de retórica, a uma maneira de praticar a arte da persuasão, aquela baseada em provas – ou seja, uma retórica que oferece um conteúdo ao público. Como os ouvintes pensam, raciocinam sobre provas, sobre conteúdos, dá-se a essa tradição de retórica o nome de racional ou científica.

Poucas décadas após o ensino de Córax e Tísias, ainda no século V antes de Cristo, surgiu uma segunda tradição de retórica no mundo grego. Esta foi elaborada pelos chamados pitagóricos, os discípulos do filósofo Pitágoras (570-495 antes de Cristo). Pitágoras havia fundado uma escola em Crotona, no sul da Itália, considerada a primeira universidade do Ocidente. Como numa moderna instituição de ensino superior, ali se estudavam os mais variados assuntos, com especial atenção à matemática, pois o número era considerado por Pitágoras o princípio fundamental de todas as coisas. Quando o mestre morreu, os discípulos deram continuidade à sua obra. Entre os temas estudados na escola, eles acrescentaram a retórica, e passaram a investigar as técnicas

da persuasão, os tipos de argumentos usados pelo orador e os motivos que levam as pessoas a se deixar persuadir.

Ao fazer isso, os pitagóricos deram início a uma tradição de retórica bem diferente daquela implantada por Córax e Tísias. Segundo eles, o orador, a fim de persuadir uma audiência, deve fazer uso de técnicas que provoquem o encantamento do público. Para os discípulos de Pitágoras, as palavras possuem uma magia, uma mística, que faz com que as pessoas fiquem maravilhadas e sejam conduzidas pelo orador aonde este deseje, graças à beleza do discurso. Fascinados com as palavras do orador, os ouvintes não esboçam nenhuma reação, apenas aceitam passivamente o que lhes é dito.

Nessa tradição de retórica, o orador não está preocupado com provas, com conteúdos, mas sim com a forma do discurso, com os recursos que deve utilizar para encantar o público. Como, nesse caso, os ouvintes não pensam sobre o que lhes é transmitido – eles são literalmente “encantados” pela magia do discurso –, dá-se à retórica dos pitagóricos o nome de irracional.

Tanto a tradição de retórica racional como a irracional poderá ser aplicada nos três gêneros de discursos retóricos, conforme a célebre classificação feita pelo filósofo Aristóteles. Segundo ele, os discursos podem ser deliberativos (pronunciados na Assembleia dos cidadãos para propor ou rebater uma decisão a ser tomada), judiciários (pronunciados nos tribunais, para defender ou acusar alguém) e epidíticos ou demonstrativos (pronunciados em cerimônias públicas, para elogiar uma pessoa, uma cidade ou uma divindade).

Essas duas tradições de retórica surgidas na Grécia antiga – a racional, inaugurada por Córax e Tísias e baseada em provas, e a irracional, fundada pelos pitagóricos e baseada no encantamento – estão bem vivas e presentes na sociedade do século XXI. Todos os discursos pronunciados, desde os mais simples, elaborados numa conversa informal entre dois interlocutores, até os mais sofisticados, pronunciados em parlamentos e transmitidos pelos meios de comunicação de massa, estão fundados numa daquelas duas tradições – ou em ambas.

Tome-se como exemplo um adolescente apaixonado pela namorada, que, além de ficar com a amada durante todo o dia, gasta horas a falar com ela pelo telefone, em sua casa, à noite. Ao final do mês, como é previsível, a conta telefônica dispara. A mãe do adolescente, então, mostra essa despesa e insiste que o filho precisa reduzir o tempo gasto ao telefone. O garoto vê a conta, constata que os gastos advêm de seus telefonemas para a namorada e se convence de que, de fato, tem que mudar o

comportamento. Nesse exemplo, constata-se que a mãe do adolescente, para convencer o filho, utilizou um discurso fundado em provas materiais – a conta telefônica. Ou seja, usou a retórica de Córax e Tísias.

Outro exemplo se refere a um jovem que quer convencer uma garota a namorar com ele. É claro que, nesse caso, ele vai recorrer à retórica dos pitagóricos para persuadir a pretendida, que ficará encantada com a beleza do discurso, com a magia das palavras pronunciadas pelo rapaz – ainda que ele tenha mil defeitos e más intenções.

O professor, o político, o advogado, o vendedor e tantos outros profissionais também fazem discursos que estão associados inevitavelmente às formas de persuadir desenvolvidas por Córax e Tísias e pelos pitagóricos.

Esses exemplos prosaicos servem para mostrar como aqueles dois modelos de retórica fundados na Grécia antiga estão presentes hoje no cotidiano das pessoas. O que mais nos interessa, porém, é perceber que elas estão presentes também nos meios de comunicação de massa. Pode-se facilmente identificar a qual dessas duas tradições está ligado um determinado programa de televisão. Um programa que oferece muito conteúdo ao público – um documentário ou um jornal televisivo, por exemplo – tende a estar fundado na retórica de Córax e Tísias. Já um programa que prioriza a forma e oferece atrações para encantar as pessoas, como mulheres bonitas, cenários coloridos e músicas alegres, sem maiores preocupações com o conteúdo – um programa de auditório, por exemplo –, pode ser classificado como um seguidor da retórica dos pitagóricos.

É fácil perceber também que a boa comunicação, hoje, será aquela que conseguir manter um equilíbrio entre as duas tradições de retórica. Ou seja, um programa de televisão, por exemplo, precisa dar conteúdo ao público e ao mesmo tempo usar técnicas de encantamento. Se for oferecido apenas conteúdo, o programa poderá cair na monotonia, tornar-se chato e perder audiência, pois haverá poucos atrativos nele. Já um programa feito com base apenas no encantamento será de baixa qualidade, uma vez que estará destituído daquele conteúdo que faz o público pensar, refletir e se conscientizar.

Atualmente, na comunicação brasileira – especialmente na televisão –, percebe-se que há o predomínio de um tipo de discurso que se assemelha à retórica do encantamento dos pitagóricos. Pode-se talvez até mesmo dizer que existe um abuso, um exagero na utilização desse discurso. Os meios de comunicação parecem fazer hoje, com a retórica pitagórica, o mesmo uso que dela fizeram os sofistas na Grécia antiga, como será visto no próximo capítulo.

2. O DISCURSO ENCANTADOR DOS SOFISTAS

Os sofistas foram aqueles que levaram até as últimas consequências a tradição de retórica dos pitagóricos, baseada no encantamento produzido pelas palavras. Mestres da linguagem e da arte de persuadir, eles percorriam as cidades do mundo grego para ensinar retórica a quem se dispusesse a pagar por isso. Tornaram-se, assim, os primeiros professores da história – tal como são conhecidos hoje esses profissionais que ganham um salário para ensinar – e provocaram uma verdadeira revolução na educação em sua época. Antes deles, apenas os nobres e seus filhos tinham acesso ao aprendizado da arte retórica, que, como vimos nos capítulos anteriores, era a condição necessária para o cidadão se distinguir naquela sociedade. Com os sofistas, esse acesso foi expandido. Agora, não apenas os nobres, mas também aqueles que dispunham de recursos para pagar um sofista podiam aprender a arte retórica e ganhar notoriedade e respeito de seus concidadãos.

Os principais sofistas – palavra que significa “sábios” em grego – foram Protágoras, Górgias, Pródico e Hípias. Eles são muito diferentes entre si, razão por que não se pode falar numa “escola de pensamento sofística”, como se fala em “escola platônica” ou “escola aristotélica”. Os sofistas não têm um mestre pensador a quem seguem e cada um deles possui interesses diversos. No entanto, conservam algumas características em comum, que são consideradas suas “marcas registradas”.

Uma delas é o relativismo, a ideia de que não existem verdades absolutas nem certezas inquebrantáveis. O que é verdade em Atenas não é verdade em Esparta, diziam os sofistas, que aplicavam esse relativismo a todas as áreas da vida – entre elas, a moral, a religião e a política. A moralidade varia de acordo com o local em que se vive. Certos deuses são mais venerados numa cidade e menos em outra. Não há um regime de governo ideal, já que determinadas comunidades vivem melhor sob a democracia, outras preferem a oligarquia e outras ainda escolhem a monarquia. Tudo é relativo.

É famosa a distinção que os sofistas faziam entre o que é natural, dado pela natureza, e aquilo que é cultura, histórico, produzido pelo homem. Em outras palavras, a oposição entre *phýsis* (natureza) e *nómos* (costume, lei, cultura). O que é por natureza não pode ser mudado. É dado pela natureza, por exemplo, que o homem precisa se alimentar e dormir. Já o que é cultura está sujeito à mudança. A moral, a religião, a política e tudo o que se refere à vida dos homens eram considerados cultura pelos sofistas e, portanto,

passíveis de alteração. Se foi um homem – e não um deus – que estabeleceu uma lei no passado, nada impede que um homem hoje revogue tal lei e crie uma nova.

Esse comportamento faz com que os sofistas submetam todas as coisas ao crivo da dúvida e da crítica, o que está na base do seu ateísmo – outra das características desses mestres da linguagem. Para eles, os deuses não existem. Se existem, estão muito distantes do mundo dos homens e, indiferentes a estes, não interferem no destino humano.

Também a caracterização de alma é comum a todos os sofistas. Segundo eles, a alma é essencialmente passiva e aberta a tudo o que recebe de fora. É por isso que o orador, se utiliza as técnicas corretas, “conduz” o público para onde deseja, pois as pessoas são dotadas de almas passivas, que diante de um discurso encantador não refletem, não questionam, e se deixam levar passivamente.

Finalmente, é preciso assinalar que os sofistas nutrem um notório desprezo por questões como a origem mais profunda das coisas e a composição da matéria e dos seres. Numa palavra, rejeitam totalmente a metafísica. Para eles, o que importa é aquilo que tem utilidade. O válido é o que se pode usar no dia a dia, aquilo que pode tornar a vida melhor e mais fácil. Não se deve perder tempo com abstrações que para nada servem.

Originários de diferentes cidades – Protágoras era de Abdera e Górgias, de Leontini, por exemplo –, os sofistas convergiram para Atenas nas últimas décadas do século V antes de Cristo. Na então mais rica e movimentada cidade do mundo antigo, eram seguidos por grupos de jovens entusiasmados por seus ensinamentos. Estes consistiam em técnicas de convencimento. Para os sofistas, o importante era tornar o discípulo capaz de convencer o público a respeito de qualquer assunto que fosse. É por isso que eles ensinavam os alunos a falar bem e mal sobre o mesmo tema. Como tudo é relativo e passível de mudança, não interessava a eles o conteúdo do discurso, mas a forma como deveria ser proferido a fim de atingir seu objetivo – a persuasão do ouvinte.

Interessava também aos sofistas ensinar seus seguidores a transformar um discurso forte num discurso fraco e um discurso fraco num forte. O discurso forte, aqui, diz respeito às convicções do público. Os sofistas se compraziam em falar diante de ouvintes convictos de determinada opinião e, através de um discurso encantador, inverter essa certeza, de modo que o público, ao final do discurso, passava a defender opinião contrária à que sustentava antes. E vice-versa: fazer com que uma ideia antes rejeitada pelo público (discurso fraco) fosse aceita com ardente convicção.

Não é à toa que os sofistas, com suas ideias relativistas e ateístas, representaram um fator decisivo para a decadência de Atenas – entre outros motivos, como a Guerra do Peloponeso –, segundo alguns historiadores da Grécia antiga, como a francesa Jacqueline de Romilly. No livro *Problèmes de la démocratie grecque*, ela aponta que os sofistas contribuíram para fazer ruir as bases em que estava assentada a sociedade ateniense. Antes firmemente enraizada na religião e na moral tradicional, Atenas sofreu um abalo com as novas ideias trazidas por aqueles mestres da persuasão, que tudo relativizavam, favorecendo a lassidão dos costumes, a descrença nos deuses e o enfraquecimento dos antigos valores da cidade.

Uma dificuldade que o moderno estudioso dos sofistas enfrenta hoje é que restaram muito poucos textos produzidos por esses mestres da palavra. Boa parte do que se tem de Protágoras, por exemplo, são informações contidas nos textos do filósofo Platão, um adversário da sofística. Por esses textos é que se toma conhecimento da mais famosa frase atribuída a Protágoras – “O homem é a medida de todas as coisas” –, que remete ao relativismo dos sofistas. Com ela, Protágoras quer dizer que as coisas são o que parecem ser a cada um. A mesma fruta pode parecer doce para uma pessoa e amarga para outra. O dia é frio para uns e quente para outros. Não há uma essência das coisas, que seria idêntica para todos, mas tudo está submetido à instabilidade da mera opinião – e não à certeza das verdades científicas, que para os sofistas não existem.

De Górgias temos mais do que apenas frases extraídas de fontes indiretas. Restaram dele um fragmento preservado pelo filósofo cético grego Sexto Empírico, o *Tratado do não-ente*, e um discurso completo, *Elogio de Helena*. É pouco, mas consegue-se ter, através desses textos, uma boa noção do pensamento e do estilo oratório do sofista de Leontini, que morreu em cerca de 375 antes de Cristo, com mais de cem anos de idade.

“Nada existe.” É dessa forma que começa o *Tratado do não-ente*, de Górgias. Com isso, ele não quer dizer que as coisas vistas no mundo sensível são falsas ou fruto de uma ilusão. Antes, essa expressão significa que não existe nada em essência. As coisas não têm uma essência perene, eterna, que pudesse ser determinada e que, portanto, estivesse livre do relativismo dos sofistas. “Se algo existisse, ele seria incognoscível e inconcebível pelo homem”, continua o *Tratado do não-ente*, pois, se as coisas pensadas não são entes, o ente não é pensado. Finalmente, “mesmo que algo possa ser apreendido, é incomunicável ao outro”, enfatiza Górgias, pois o meio pelo qual falamos é a palavra, e a palavra não é o mesmo que os subsistentes e os entes. “Logo, não são os entes indicados ao outro, mas a palavra, que é diferente dos subsistentes.”

Já o *Elogio de Helena* trata da mulher que, para os gregos, tinha sido a causa da Guerra de Troia e de todas as misérias e desgraças trazidas por aquele conflito. Como bom sofista, Górgias gostava de transformar o discurso forte num discurso fraco. Numa época em que todos acreditavam ter Helena traído o marido e partido voluntariamente para Troia, acompanhando o príncipe Páris, ou Alexandre, Górgias elaborou um discurso para defender a rainha de Esparta, inocentando-a de toda culpa.

Nele, o sofista de Leontini afirma que Helena só pôde ter ido para Troia por quatro motivos – e, em qualquer um desses casos, ela é inocente: primeiro, tratou-se de um decreto, de uma determinação dos deuses; segundo, ela foi raptada; terceiro, ela foi persuadida pelo discurso de Alexandre; e quarto, ela se apaixonou pelo troiano.

Se Helena foi para Troia em razão do primeiro motivo – decreto dos deuses –, ela é inocente, pois o ser humano não pode contrariar a vontade divina, que é infinitamente mais poderosa do que o querer dos homens. No caso de a rainha de Esparta ter sido raptada pelo troiano – a segunda hipótese citada por Górgias –, ela precisa ser antes pranteada do que injuriada e a acusação deve ser lançada contra aquele que cometeu tal ultraje, e não contra a vítima, que, indefesa, nada pôde fazer para evitar a infelicidade de ser arrastada à força para uma região distante.

A terceira e a quarta razão por que Helena poderia ter ido para Troia são especialmente importantes para refletir sobre a comunicação hoje – época em que o discurso dos meios de comunicação parece “arrastar” boa parcela da sociedade e a imagem é predominante. Digamos, diz Górgias, que ela tenha sido seduzida pelo discurso de Alexandre. Ora, o discurso é um “grande soberano”, que através da palavra executa ações divinas. Ele tem o poder de fazer cessar o medo, tirar a tristeza, inspirar a alegria e aumentar a piedade, por exemplo. Ou seja, através do discurso o orador imprime no coração das pessoas o sentimento que ele deseja, “molda” a alma do ouvinte e dessa forma “arrasta” o público para onde quer.

No que diz respeito à possibilidade de Helena ter se apaixonado por Alexandre – a quarta hipótese –, Górgias lembra que a imagem do que se vê também molda a alma. Se uma pessoa vislumbra coisas temerosas, sente medo e foge. Se contempla coisas belas, é atraído por elas. E a imagem ainda imprime na alma o desejo de possuir o belo que se vê. Portanto, se Helena foi atraída pela visão do príncipe troiano, deve ser desculpada, pois essa visão a arrastou do mesmo modo como se tivesse sido raptada. “Assim, não só o atormentar, mas também o desejar é natural à vista. E muitas coisas em muitos produzem amor e desejo de muitas coisas e corpos. Se, então, pelo corpo de Alexandre,

o olhar de Helena, tendo sentido prazer, desejo e combate de amor transmitiu à alma, que há de admirável?”’, defende Górgias.

Isso é particularmente conhecido dos indivíduos da moderna sociedade capitalista, que, insuflados pelo discurso dos meios de comunicação e pelas imagens das campanhas publicitárias, se dão ao consumo dos mais variados produtos – sanduíches, refrigerantes, roupas, carros, celulares, eletrodomésticos –, até mesmo daqueles dos quais não têm a mínima necessidade.

Os sofistas deram uma importante contribuição para o comunicador do século XXI. Eles mostraram que a retórica – e o discurso dos meios de comunicação hoje – precisa ter encantamento, precisa ter atrativos para ganhar a atenção das pessoas. Sem essa magia provocada pelas palavras, a comunicação tende a cair na monotonia, na chatice, o que provoca inevitavelmente a perda de público.

Além disso, como foi mostrado, os sofistas foram responsáveis por uma verdadeira revolução na educação, ao permitir que mais pessoas, além da tradicional e privilegiada nobreza, tivessem acesso a um bem tão valorizado na época, o ensino da retórica. Com isso, eles podem ser considerados os fundadores da educação formal no Ocidente. Ao discutir sobre todos os assuntos, a fim de tornar seus alunos hábeis em defender e refutar qualquer argumento, eles acabaram criando mesmo o conceito de “cultura” e tornaram-se os primeiros humanistas e defensores da liberdade de expressão.

Porém, não se pode deixar que essas qualidades encubram os problemas decorrentes da atuação dos sofistas. Foi dito, no início deste capítulo, que os sofistas levaram às últimas consequências a tradição de retórica elaborada pelos pitagóricos. Poderíamos dizer até que eles abusaram dessa forma de convencer o ouvinte. Pois fizeram do discurso encantador um meio de impor seu ponto de vista, sem dar ao público a oportunidade de questionar, de analisar, de debater sobre o que discorriam. Não estavam dispostos a informar as pessoas, mas tão somente fazê-las concordar com o que diziam. Transformavam os ouvintes não em interlocutores, e sim em meros objetos, que deveriam aceitar passivamente as suas palavras e seguir suas orientações.

Essa é a opinião do filósofo alemão Josef Pieper (1904-1997). No ensaio *Missbrauch der Sprache – Missbrauch der Macht* (Abuso da linguagem – abuso de poder), Pieper afirma que a palavra possui duas características essenciais, sem as quais ela se corrompe. Primeiro, a palavra torna nítida a realidade. Fala-se para tornar conhecível algo da realidade. Segundo, a palavra tem caráter comunicativo. Ou seja, fala-se para comunicar algo (a realidade) a alguém.

Quando a palavra não está revestida dessa dignidade – quando não é usada para comunicar a realidade a alguém –, corrompe-se a linguagem. A mentira, por exemplo, não pode ser considerada verdadeira comunicação, pois aquele a quem se mente só em aparência participa da realidade.

Ora, o que os sofistas fizeram foi “emancipar-se” do objeto, na expressão de Pieper. Ou seja, eles não tinham a preocupação de falar a verdade, de mostrar a realidade, mas simplesmente buscavam convencer o público através da magia provocada pelo discurso. Num caso como esse, a verdadeira comunicação desaparece e, com isso, a relação humana entre quem fala e quem escuta se modifica.

Essa relação se modifica, explica Pieper, porque quem se dirige a outro manipulando conscientemente a palavra, sem se ocupar expressamente com a verdade, mas visando a algo distinto dela, não trata esse outro como igual, não o respeita propriamente como pessoa humana. Com isso, o diálogo termina e começa o que se chama “adulação” ou “discurso adulatorio”. Nesse tipo de discurso, o que mais importa não é dizer algo amável a alguém, mas “para que” se diz. Nele, o que fala transmite um discurso não para conceder um favor ao outro, mas para que o outro lhe faça algo. O outro, a quem se fala para agradar, não é considerado um sujeito. Mais propriamente, ele é um objeto, um objeto de uma intenção de poder, submetido à manipulação.

Não é difícil perceber que essa é uma característica muito presente hoje nos meios de comunicação, que muitas vezes estão mais interessados em convencer o público – convencer a comprar um produto, a pensar de uma determinada forma ou simplesmente a dar-lhe audiência – do que em prestar um serviço relevante à sociedade. Como diz Pieper, a sofística está muito mais próxima de nós do que se pensa.

Pieper não foi o único a apontar os riscos e a ameaça do discurso sofístico. Na Grécia antiga, o filósofo Platão já fazia a mesma denúncia, como se verá a seguir.

3. PLATÃO E A VERDADEIRA RETÓRICA

O filósofo grego Platão (427-347 antes de Cristo) é o grande adversário dos sofistas. Boa parte de seu pensamento está marcada pela oposição às ideias desses mestres da linguagem. O relativismo e o ateísmo sofístico, a visão de que a alma é passiva, o tipo de retórica praticado por Protágoras e Górgias – tudo isso será contestado por Platão, que investirá sua carreira em propor outro modelo para a formação humana, muito diferente da educação oferecida pelos sofistas, baseada no ensino de técnicas de persuasão.

Nascido em Atenas, Platão, aos 20 anos de idade, teve um encontro que marcou sua existência para sempre – o encontro com o filósofo Sócrates, de quem se tornou discípulo. Provavelmente, foi Sócrates quem imprimiu nele o desejo de buscar o sentido mais profundo das coisas, a essência dos seres, que Platão vai perseguir pelo resto da vida.

No ano 399 antes de Cristo, aconteceu um fato igualmente marcante para Platão: a morte de Sócrates. Como mostrado na Introdução, Sócrates foi levado aos tribunais populares de Atenas sob a acusação de corromper a juventude e de não crer nos deuses da cidade. Ali, usando a mesma retórica encantadora dos sofistas, seus acusadores conseguiram convencer os cidadãos atenienses da culpa do filósofo, que acabou sendo condenado à morte.

Platão não se conformou. Aos seus olhos, a cidade de Atenas cometeu a maior das injustiças ao condenar à morte o homem mais sábio da Grécia. Tem origem aí, possivelmente, o verdadeiro ódio que o filósofo nutre pela democracia, para ele o pior regime de governo, pois se trata não do espaço da liberdade individual, mas da ditadura da maioria, em que prevalece a opinião dos mais hábeis na arte da persuasão e as decisões são tomadas sob a pressão das multidões. Se estas, em sua irracionalidade, insufladas por oradores loquazes e mal intencionados, tomarem decisões que levem à destruição da cidade, todos os cidadãos terão o mesmo trágico fim, inapelavelmente. Isso é a democracia, segundo o filósofo.

Arrasado com a morte do mestre – obrigado a tomar cicuta, um veneno mortal –, Platão deixou Atenas e se dirigiu para Siracusa, na Sicília, então comandada pelo tirano Dionísio. Nessa cidade, o filósofo tentou colocar em prática suas concepções políticas – de que se falará adiante –, sem sucesso.

Ao voltar para Atenas, em 387 antes de Cristo, Platão tomou uma iniciativa que teria vastas consequências para a cultura ocidental: ele fundou uma escola de ensino superior, a que deu o nome de Academia, assim chamada por ter sido implantada num bosque dedicado ao herói da mitologia grega Academo.

Na Academia eram estudadas “todas as coisas divinas e humanas”, na formulação de seu fundador, com total liberdade de pensamento. Sua influência na cultura ocidental foi tão grande que o nome academia se transformou em sinônimo de universidade. Em atividade por mais de 900 anos – ela foi fechada somente em 529 depois de Cristo pelo imperador cristão Justiniano, que a considerava um “centro de paganismo” –, tornou-se o modelo das universidades ocidentais, fundadas a partir do século 12, em Paris, Oxford e Bolonha, entre outras cidades. Essas instituições surgiram com o propósito declarado de concretizar o ideal da Academia de Platão, ou seja, estudar todas as coisas divinas e humanas, com total liberdade. Hoje esse ideal continua a definir o que é uma universidade, embora as instituições de ensino superior – cada vez mais pressionadas pela necessidade de atender ao mercado – por vezes se afastem dele.

Foi na Academia que Platão passou o resto de sua vida – com exceção do período em que fez duas viagens a Siracusa, aonde voltou para, de novo sem sucesso, tentar implantar suas ideias políticas. Naquela escola ele compôs a maior parte de sua obra, formada por cerca de 30 livros. Esses livros são chamados “diálogos” porque foram escritos na forma de uma conversa entre duas ou mais pessoas. Geralmente, o personagem dos diálogos de Platão é Sócrates.

No diálogo *Apologia de Sócrates*, por exemplo, Sócrates expõe sua defesa perante os tribunais de Atenas, que logo depois iriam condená-lo. Em *Crítion*, o filósofo conversa com o discípulo Crítion sobre o dever de obedecer às leis da cidade, mesmo no caso em que elas o condenam à morte. Já em *Eutífron* o tema é a piedade. Nele, Sócrates quer saber o que é a piedade em sua essência.

Esses primeiros diálogos de Platão, compostos ainda na sua juventude, são chamados de “aporéticos”, palavra de origem grega que quer dizer “sem saída”, “sem solução”. É que, nesses textos, geralmente não se chega a uma conclusão definitiva sobre o tema debatido. E isso acontece porque, para Sócrates e Platão, não é possível chegar ao conhecimento mais íntimo das coisas. Por exemplo, o que é, em sua essência mais profunda, a coragem, tema do diálogo *Laques*, ou a amizade, que se busca em *Lísias*? O que é o bem? O que é o mal? O que são a vida e a morte? Não há respostas prontas e acabadas para tais questões.

Ao demonstrar essa insuficiência da razão diante das grandes questões da existência humana, Sócrates se tornou o fundador de uma tradição de pensamento a que se dá o nome de filosofia negativa. Essa tradição reconhece que o intelecto humano, embora possa obter conhecimentos sólidos e profundos, é incapaz de atingir a essência mais íntima das coisas. Ela se opõe à filosofia afirmativa, racionalista, pronta a dar respostas claras e cabais para tudo.

Nos diálogos platônicos de juventude, considera-se que, quando o personagem Sócrates fala, Platão está expressando o pensamento do mestre. Já nos diálogos da maturidade, Platão expõe suas próprias ideias através de Sócrates. É o que parece acontecer, por exemplo, nos diálogos *Protágoras* e *Górgias*, em que Sócrates conversa com os dois grandes sofistas a respeito da retórica, do verdadeiro e do falso e de outros temas.

Um dos mais importantes diálogos de Platão é *O Banquete*, também da fase da maturidade do filósofo. Ele relata um banquete em que estão presentes Sócrates e outras personalidades de Atenas, como o autor de teatro cômico Aristófanes. Logo no início do encontro, combina-se que, ao longo da refeição, cada um dos presentes deve fazer um discurso em honra de Eros, deus do amor. É o que acontece. Cada um por sua vez, os presentes proclamam o seu elogio ao deus. Aristófanes, como não podia deixar de ser em se tratando de um autor de comédias, faz um hilariante discurso. Ele diz que, em sua origem, os seres humanos eram hermafroditas e tinham duas cabeças, quatro braços e quatro pernas. Depois, como um castigo pela arrogância humana, Zeus dividiu essas criaturas e espalhou-as pela terra, de modo que a parte feminina foi para um lado e a parte masculina, para outro, cada uma com uma cabeça, dois braços e duas pernas. É por isso que, desde então, homens e mulheres buscam desesperadamente a sua “outra metade” ou sua “alma gêmea”.

Desta vez, nesse diálogo, Sócrates não faz um discurso próprio, mas apenas reproduz um diálogo que manteve com a sacerdotisa Diotima de Mantinea. É ela que expõe o conceito platônico de amor, que, por sua vez, é bem diferente da noção popular de “amor platônico”, visto como um desejo intenso por algo inacessível, um “amor impossível”. Na realidade, o amor, em Platão, se refere à aspiração da alma pela perfeição absoluta, pelo mais puro Belo, pela plenitude do ser.

Outro diálogo de Platão é o *Timeu*, que trata da origem do universo. Curiosamente, Platão desenvolve, nesse texto, uma visão da Criação muito semelhante à exposta no livro bíblico do *Gênesis*. O filósofo defende que o universo teve um início, pois todas as coisas sensíveis estão submetidas ao nascer e ao morrer. E, como tudo o que nasce surge

pela ação de uma causa, é necessário que o mundo tenha um criador – ou um *demiurgós*, um “artífice”. Esse criador é a mais perfeita causa, pois o mundo é a mais bela das coisas nascidas. Da mesma forma como uma causa ruim provoca coisas más, também uma causa boa só pode fazer coisas boas. Como o mundo é maravilhoso – o mar, o céu, as flores tornam essa afirmação incontestável –, deve-se concluir que o criador é sumamente bom. Trata-se, claramente, de uma visão perfeitamente compatível com a doutrina judaico-cristã de criação do mundo.

Convém mencionar ainda um dos mais extensos diálogos de Platão, *A República*, em que o fundador da Academia discute as características de uma cidade ideal. O *Fédon*, em que Sócrates demonstra a imortalidade da alma, o *Parmênides*, que questiona a filosofia platônica, e as *Leis*, o último e inacabado texto de Platão, são outros importantes livros do filósofo. É nesses diálogos, escritos com tanta beleza estilística, que Platão expõe sua filosofia, de que se falará a seguir.

Para caracterizar o pensamento de Platão, é preciso começar pela famosa teoria das Ideias, com que o filósofo busca explicar a origem do mundo sensível. Para ele, todas as coisas – a árvore, a pedra, o cachorro, o homem – não têm propriamente realidade, mas são cópias, sombras, reflexos daquelas Ideias perfeitas, eternas e imutáveis que se encontram no mundo ou no lugar das Ideias, que lhes dão origem. Uma árvore, por exemplo, é cópia da Ideia eterna de árvore. A árvore que existe no mundo sensível tem existência somente porque, como uma cópia, participa da Ideia de árvore. O mesmo se dá com a pedra, que existe porque participa da Ideia de pedra, com o cachorro, que participa da Ideia de cachorro, e assim por diante.

As Ideias são a essência das coisas que participam delas. São elas que o homem precisa contemplar, se quiser conhecer a verdade. Se se restringir a estudar as coisas do mundo sensível, ele terá um conhecimento extremamente limitado, já que essas coisas são apenas cópias das Ideias. O mundo ou lugar das Ideias constitui a plenitude da realidade e mostra que a verdade absoluta existe, ao contrário do que sustentavam os sofistas.

Para tornar esse conceito mais inteligível, Platão concebeu o mito da caverna, que se encontra no livro VII do diálogo *A República*. De acordo com esse mito, alguns homens estão presos numa caverna. Desde que nasceram, acham-se acorrentados ali de tal modo que não podem olhar sequer para os lados; só para a parede no fundo da caverna. Atrás deles há uma fogueira e, entre eles e esse fogo, passam constantemente pessoas carregando diversos objetos, como estatuetas. Com isso, o fogo lança sobre a parede da caverna as sombras dos objetos que passam. E é isso que aqueles homens veem. Como

se encontram nessa situação desde que nasceram, eles acreditam cegamente que aquelas sombras são a realidade. Um deles é libertado e levado para fora da caverna, quando então descobre que, até então, só vira sombras e que a realidade estava do lado de fora. Se retornar para o fundo da caverna, certamente será chamado de louco e ridicularizado por seus antigos companheiros de prisão. Com esse mito – que, de quebra, ao colocar imagens em movimento numa tela plana, descreve o cinema mais de 2 mil anos antes da invenção dessa tecnologia –, Platão quer mostrar que as coisas do mundo sensível são meras sombras da realidade perfeita, que está no mundo das Ideias.

Ainda segundo Platão, o ser humano é capaz de atingir as Ideias através da reflexão, do pensamento, do raciocínio. Essa capacidade lhe advém do fato de que é dotado de uma alma cuja estrutura, para o fundador da Academia, é muito diferente daquilo que supunham os sofistas, que, como foi visto no capítulo anterior, afirmavam que a alma é “essencialmente passiva” e “totalmente aberta a tudo que recebe de fora”.

Para Platão, a alma está dividida em três partes: a racional, a irascível e a apetitiva. A parte racional é responsável pelo pensamento, pela análise, pela crítica, pelo raciocínio. À parte irascível corresponde o instinto de auto-preservação do indivíduo, que o reveste de coragem, medo, ira e outros sentimentos que o protegerão contra perigos mortais. Já a parte apetitiva diz respeito às necessidades fisiológicas do ser humano, como comer, beber, dormir, descansar e procriar. Para Platão, é necessário que a parte racional domine a alma, a fim de dar equilíbrio ao indivíduo. Ela será responsável pela moderação em todas as coisas. Se a parte apetitiva dominar a alma, por exemplo, o indivíduo – sem a parte racional para refreá-lo – poderá sucumbir diante da glotonaria, da embriaguês e do sexo desenfreado. O predomínio da parte irascível resultará num indivíduo que se enfurece ao menor sinal de contrariedade. Cabe à parte racional ordenar bem a alma, evitando os excessos e orientando à moderação.

O conceito de alma é tão importante para Platão que ele constitui a base de suas ideias políticas – que por três vezes o filósofo tentou implantar em Siracusa, sem nunca ter obtido sucesso. Para o filósofo, a cidade ideal será aquela que tiver bem ordenadas três classes de indivíduos, que correspondem às três partes da alma: os agricultores (equivalente à parte apetitiva), responsáveis pela produção de alimentos; os soldados (a parte irascível), que cuidam da proteção da cidade; e os filósofos (a parte racional), que pensam e definem o melhor para os cidadãos. Dessa classe de filósofos sairá um deles para governar soberanamente – aquele que chegou à contemplação da Ideia do Bem, a

principal das Ideias, e por isso sabe como difundir o bem na cidade. Esse será chamado de rei-filósofo.

Contra a retórica dos sofistas, Platão desenvolve a dialética, um “jogo” cujo objetivo é chegar à verdade de uma determinada tese ou afirmação. Esse “jogo” consiste num intenso diálogo em que os interlocutores fazem uma série de perguntas e dão respostas um ao outro. Se, depois de tanto discutir, não chegarem a um acordo, isso significa que a tese é falsa. Se, porém, após muito diálogo, ambos chegam a um consenso e aceitam como válidos os argumentos empregados, é porque a tese é verdadeira e eles alcançaram a verdade. A dialética, para Platão, é “a verdadeira retórica”, que conduz à verdade das coisas, como diz o filósofo no diálogo *Fedro*, enquanto a retórica dos sofistas é a “falsa retórica”, um embuste, uma enganação, e por isso precisa ser rejeitada.

Um modelo de comunicação hipoteticamente fundado nas ideias de Platão seria completamente diferente daquele com base no pensamento sofístico – que tem por fim unicamente convencer os ouvintes através de um discurso encantador. Num modelo platônico, a comunicação tem compromisso com a verdade das coisas e busca revelar a essência do tema discutido. O comunicador respeita o público como um ser racional, capaz de analisar, criticar, avaliar a mensagem transmitida, ao invés de aceitá-la passivamente. Justamente por isso, a comunicação tem, nesse modelo, um conteúdo profundo e significativo – caso contrário, perde público, já que este é dotado de alma racional e busca informações de qualidade.

E ainda: a comunicação influenciada por Platão é marcadamente dialética, constantemente preocupada com o chamado *feed-back*, com a realimentação, com a participação do público. Parafraseando Platão, para quem a retórica dos sofistas é falsa e a verdadeira retórica é a dialética, talvez se possa dizer que, hoje, a comunicação – aquela em que o comunicador fala e o público apenas ouve – é falsa, pois a verdadeira comunicação é a que necessariamente conta com a participação do público.

4. ARISTÓTELES E AS PAIXÕES HUMANAS

Aristóteles (384-322 antes de Cristo) nasceu em Estagira, uma cidade da Macedônia – razão por que é conhecido também como “o Estagirita”. Aos 17 anos, ele se mudou para Atenas e entrou na Academia, a escola fundada por Platão, tornando-se discípulo desse filósofo. Ali ele permaneceu durante 20 anos e se notabilizou por ser o mais brilhante aluno da escola – tão brilhante que, mais tarde, vai divergir do mestre em alguns aspectos de seu pensamento.

Quando Platão morreu, em 347 antes de Cristo, Aristóteles julgou que sucederia o mestre na direção da Academia. Foi um engano. O cargo foi dado a Espeusipo, sobrinho de Platão. Contrariado, Aristóteles saiu da escola, deixou Atenas e viajou pelo mundo grego, chegando a Assos e, depois, a Mitilene, na ilha de Lesbos.

Em 343, Filipe, rei da Macedônia, convidou Aristóteles para ser tutor do seu filho, então com 13 anos, chamado Alexandre – que depois se tornará Alexandre, o Grande. O filósofo exerceu essa função por cerca de sete anos, até quando Filipe foi assassinado por um de seus soldados, em 336, e o jovem filho do rei teve de assumir o trono da Macedônia.

Imediatamente, Alexandre deu início a seus planos de ampliar o império macedônio. A Grécia já estava sob domínio da Macedônia, que em 338, na Batalha de Queroneia, havia vencido os exércitos gregos e subjugado toda a região. Alexandre partiu, então, para conquistar outras terras. Dominou a Palestina e o norte da África, incluindo o Egito. Venceu a Pérsia – que havia séculos era temida pelos gregos –, tomou a Mesopotâmia e chegou às portas da Índia. Ele só se deteve porque seus generais, cansados de tanto guerrear, ensaiaram uma revolta e pediram para o jovem rei recuar.

Enquanto Alexandre se dedicava à conquista de mais territórios, Aristóteles retornou para Atenas e, em 335, tomou uma iniciativa semelhante à de seu mestre Platão, cinco décadas antes: ele fundou uma escola, que chamou de Liceu, por ter sido instalada num bosque dedicado ao deus Apolo Lykeios. Essa escola se tornou famosa e atraiu centenas de estudantes desejosos de ouvir os ensinamentos do mestre de Estagira. Ali foi instalada também uma grande biblioteca, com milhares de manuscritos, mapas e materiais usados por Aristóteles em suas aulas.

Essas aulas eram dadas não em salas, com os alunos sentados diante de suas mesas, mas ao ar livre, com Aristóteles e seus discípulos andando pelos caminhos do bosque onde estava localizado o Liceu. Por esse hábito de o professor caminhar enquanto leciona, o

ensino de Aristóteles ficou sendo chamado de “peripatético”, palavra que em grego significa “andar em torno”.

Mas o magistério de Aristóteles no Liceu não teve vida longa. Em 323, com a morte de Alexandre, na Mesopotâmia, os atenienses promoveram uma revolta, com o objetivo de acabar com o domínio da Macedônia sobre a cidade. Como todos os macedônios residentes em Atenas, Aristóteles foi perseguido. Ele deixou a escola sob o comando de Teofrasto e saiu de Atenas, indo se fixar em Cálcis, na ilha de Eubeia, onde morreu no ano seguinte.

Aristóteles é conhecido por ser um pensador enciclopédico, pois investigou com profundidade praticamente todas as ciências de sua época, levando-as a um desenvolvimento sem precedentes. Uma dessas ciências foi a lógica, o estudo do raciocínio certo, que ele chamava de “filosofia primeira”, pois a pré-condição fundamental para filosofar é pensar corretamente, sem dar margem a erros.

É justamente isso – raciocinar corretamente, sem erros – o que a lógica garante. Pois Aristóteles, numa das suas divergências com o mestre Platão, ensinava que a dialética – a forma platônica de chegar ao conhecimento de uma dada afirmação – não assegurava o raciocínio correto. Se duas pessoas, depois de muito debater uma tese, chegam a um consenso, isso não quer dizer que essa tese é verdadeira, como quer a dialética, já que ambas podem estar erradas. Mesmo que várias pessoas ou mesmo uma cidade inteira concordem a respeito de uma tese, nada garante que esta seja verdadeira.

O que assegura o conhecimento da verdade é a lógica, que atua através do silogismo, insiste Aristóteles. O silogismo é um tipo de raciocínio que garante 100% de certeza de uma dada afirmação. Ele tem uma estrutura formada por uma premissa maior, que é universal, uma premissa menor, que é particular, e a conclusão. Como neste exemplo, dado por Aristóteles:

Todo homem é mortal
Sócrates é homem
Logo, Sócrates é mortal

Nesse exemplo, a premissa maior (“Todo homem é mortal”) é universal, pois se refere a todos os homens, sem exceção, e por isso começa com a palavra “todo”. Já a premissa menor (“Sócrates é homem”) é particular, referindo-se a um homem concreto. É necessário que essas duas premissas sejam verdadeiras, pois se uma delas for falsa o raciocínio será inválido. Dadas essas condições, a conclusão do silogismo, que sempre

começa com a palavra “logo”, será absolutamente verdadeira, sem nenhuma possibilidade de erro.

Aristóteles também divergiu de Platão em outra área do conhecimento – a metafísica. Para o Estagirita, as coisas sensíveis não têm origem nas Ideias perfeitas e imutáveis que se encontram no mundo das Ideias, como dizia o mestre, mas vêm à existência graças à atuação de quatro causas – a causa material, a causa formal, a causa final e a causa eficiente.

A causa material é aquela que dá origem à matéria. Esta, porém, é sem forma, indiferenciada. Sobre essa matéria informe atua a causa formal, dando a ela uma forma. Assim, a matéria adquire diferentes formas – forma de cachorro, de árvore, de pedra, de homem – em razão da atuação da causa formal sobre a matéria criada pela causa material. E ainda: sobre esse ser formado a partir da matéria atua a causa final, dando a ele uma finalidade. É por isso que, na natureza, todas as coisas têm uma finalidade. O cavalo, o passarinho, a água: tudo tem uma finalidade específica – o que remete à instigante questão “Qual a finalidade do ser humano?”.

Finalmente, a causa eficiente se refere à causa que pôs todo esse processo em movimento. Com ela, Aristóteles inclui em seu sistema um elemento suprracional, inconcebível pelo intelecto humano, pois este também é criado pelo mesmo processo que gerou todas as coisas – e, portanto, é infinitamente inferior a essa causa.

Um exemplo dado por Aristóteles ajuda a fixar melhor as quatro causas do ser. Ele se refere a um jarro. Nesse caso, a causa material produziu a argila, que, no entanto, é sem forma. A causa formal deu a essa argila a forma de jarro. A causa final conferiu uma finalidade a esse jarro – armazenar vinho, por exemplo. Já a causa eficiente são as mãos que pegaram a argila, deram a ela a forma de jarro e colocaram vinho nele.

Essas concepções sobre a origem do mundo sensível se encontram na *Metafísica*, um dos livros mais extensos de Aristóteles, mas não o único. O filósofo deixou textos ligados às mais variadas áreas do conhecimento. Os escritos sobre lógica estão reunidos sob o título de *Órganon*. Na *Física*, em *Da geração e corrupção* e em *Sobre o céu* ele discute questões ligadas ao movimento dos seres no “mundo sublunar”, como se refere à vida terrestre, e dos astros celestes. O que se chama hoje psicologia é tema de livros como *Da alma*. A biologia é investigada por Aristóteles – considerado o primeiro biólogo do Ocidente – em *Das partes dos animais* e *Da origem dos animais*, entre outros livros. É preciso citar ainda a *Política*, voltada a analisar a constituição ideal para uma cidade, a *Ética a Nicômaco*, em que mostra que o fim da vida humana é a

felicidade, e a *Poética*, um estudo sobre o teatro trágico, em que descreve a catarse como uma purificação, um alívio das paixões através da emoção produzida pela ação dramática.

Como se nota por suas investigações científicas, Aristóteles diverge de Platão também no que diz respeito à forma de obter o conhecimento. Enquanto o fundador da Academia, partindo do mundo abstrato para explicar o ser, priorizava a contemplação das Ideias perfeitas, o Estagirita – fazendo o caminho inverso – via nas coisas do mundo sensível a base a partir da qual se chega à verdade das coisas, às essências.

Não se falou ainda de um livro de Aristóteles que muito interessa à comunicação. Está-se referindo à *Retórica*, obra em que o mestre do Liceu expõe originais concepções sobre a arte de persuadir. Entre a tradição racional de retórica, fundada em provas e inaugurada por Córax e Tísias, e a tradição irracional concebida pelos pitagóricos, baseada no encantamento – como foi visto no capítulo 1 –, Aristóteles escolhe as duas. Segundo ele, para convencer os ouvintes, o orador precisa apresentar provas, mas estas não são suficientes. Ele deve também encantar o público para atingir seu objetivo de persuadir. Ou seja, Aristóteles une as duas tradições, que até então eram vistas como antagônicas, como contrárias entre si.

Como o filósofo afirma na *Retórica*, as provas não são suficientes por causa das paixões, dos sentimentos das pessoas. Acontece que os sentimentos mudam o julgamento dos indivíduos. Se alguém ama uma pessoa acusada de ser um assassino, tenderá a inocentar essa pessoa, ainda que esteja diante de provas irrefutáveis de que realmente ela praticou o assassinato. Da mesma forma, se alguém odeia uma pessoa acusada de tal ato, tenderá a condenar essa pessoa, ainda que ela seja inocente e haja provas de sua inocência.

Nesse caso, o que o orador precisa fazer é encantar os ouvintes, a fim de infundir neles o sentimento necessário para mudar o seu julgamento. Já que as provas não são suficientes, deve fazer com que o público sinta ódio, se quer condenar o acusado, ou piedade, se deseja absolvê-lo – por exemplo. Mudando o sentimento, muda-se também o julgamento dos juízes.

Aristóteles é o autor da teoria do *éthos* e do *páthos*. O *éthos* – de onde vem a palavra ética – se refere ao caráter do orador. Para convencer o público, o orador deve parecer ser confiável, ter um caráter firme, correto, inatacável. Se os ouvintes acreditam que o orador é correto, verdadeiro e confiável, eles já estão predispostos a acreditar no orador e a ser persuadidos por ele. Por outro lado, se os ouvintes consideram o orador um

mentiroso, enganador e trapaceiro, então esse orador terá muitas dificuldades para persuadir o público, que já está predisposto a não aceitar suas palavras. Já o *páthos* diz respeito às paixões, aos sentimentos dos ouvintes, que o orador precisa conhecer para transmitir uma mensagem adequada a esses sentimentos e, assim, ter mais facilidade para convencer aqueles que o ouvem.

As ideias de Aristóteles são muito atuais e úteis para o comunicador do século XXI. Elas mostram que uma mensagem precisa ter conteúdo – as provas –, mas deve buscar também encantar os ouvintes, com suas paixões. Isso porque só o conteúdo não será suficiente. Um programa de televisão – por exemplo – com conteúdo e sem elementos que encantem pode se tornar monótono e acabar perdendo público. Basta ver alguns programas de televisão de canais educativos para constatar isso: com bom conteúdo, eles, no entanto, carecem de encantamento, e por isso se tornam chatos. Já determinados programas das emissoras comerciais, com conteúdo medíocre, atraem uma grande audiência porque primam pelo encantamento. As reformas gráficas que os jornais realizam periodicamente são justamente formas de encantar o público com uma diagramação mais atraente.

Quanto à teoria do *éthos* e do *páthos*, ela é fundamental para o comunicador moderno. Este precisa demonstrar ser confiável, se quiser ser ouvido pelo público. Se não se preocupar com o *éthos*, se o público não acreditar que seja uma pessoa com credibilidade, dificilmente conseguirá ser bem-sucedido no seu trabalho como comunicador.

Os publicitários conhecem bem essa teoria. Todo o esforço deles é para fortalecer o *éthos* de um produto, que aos olhos do público precisa ser confiável. Caso contrário, certamente encalhará nas prateleiras dos supermercados. É por isso que a publicidade repete constantemente que tal sabão em pó “limpa mais branco” e que determinada marca de refrigerante “é mais refrescante”, por exemplo.

Já no que se refere ao *páthos*, Aristóteles lembra ao comunicador moderno que é preciso conhecer os sentimentos do público e saber como lidar com eles. Não se deve falar de futebol para ouvintes que odeiam esportes e preferem filmes, por exemplo, ou produzir programas religiosos para uma audiência de ateus. Se o comunicador conhecer bem o seu público, terá condições de transmitir mensagens adequadas aos ouvintes, e assim produzir uma comunicação eficiente e de relevância para a sociedade.

5. ISÓCRATES E O ELOGIO DA CULTURA

Isócrates (436-338 antes de Cristo) foi eminentemente um professor de retórica muito culto e influente na política de Atenas. Embora não pronunciasse discursos na Assembleia dos cidadãos nem se aplicasse à defesa ou à acusação de cidadãos julgados pelos tribunais populares – talvez devido à timidez de que era dotado –, ele possuía uma vasta clientela de alunos e compunha discursos que eram publicados e conhecidos por toda a cidade.

Nascido em Atenas, Isócrates teve como mestres Sócrates e Górgias. Essa formação aparentemente contraditória – fornecida pelo filósofo preocupado em conhecer as essências das coisas e pelo sofista para quem essas essências não existem – será responsável pela sua visão original da retórica, que o faz criticar tanto os sofistas como Platão e propor outro caminho para a arte da persuasão e a educação dos jovens.

Depois de prestar o serviço militar na Tessália, durante a última fase da Guerra do Peloponeso, Isócrates voltou para Atenas, onde passou a se dedicar à profissão de logógrafo – autor de discursos forenses, encomendados por pessoas sem dotes oratórios que precisavam se apresentar nos tribunais. Em 390 antes de Cristo, abandonando essa profissão, ele fundou a Escola de Retórica, também em Atenas – três anos antes de Platão inaugurar a Academia. Nela Isócrates passará o resto da sua longa vida, exercendo seu magistério e compondo seus discursos, dos quais cerca de 20 estão preservados, além de nove cartas.

Um desses discursos é o *Contra os sofistas*, que Isócrates compôs na inauguração da sua escola, em 390, e em que defende suas concepções de retórica e de *paidéia* – palavra grega que pode ser traduzida por educação ou formação humana. Sobre essas concepções se falará adiante.

Naquele mesmo ano, Isócrates escreveu o *Elogio de Helena*, com o propósito de mostrar que Górgias – autor de um discurso com título homônimo – havia feito não um elogio, mas uma defesa de Helena. Com isso, fez a distinção entre os tipos de discursos retóricos, que mais tarde Aristóteles sistematizará em três gêneros (deliberativo, judiciário e epidítico), conforme foi visto no capítulo 1.

Outro discurso é o *Panegírico*, composto em 380 antes de Cristo, que representa um bom exemplo da participação de Isócrates nos debates sobre a política ateniense. Nele, o fundador da Escola de Retórica faz um apelo à união das cidades gregas, sob a liderança de Atenas, com o fim de garantir a paz e a segurança de toda a Grécia. O pan-helenismo

expresso já nesse texto das primeiras décadas do século IV antes de Cristo será sempre uma das marcas distintivas do pensamento isocrático.

Em 370, Isócrates escreve um discurso que tem importante significado para a história da teoria política. Trata-se de *A Nícoles*. Nícoles se tornou rei precoce da cidade de Salamina, na ilha de Chipre, sucedendo seu pai e seu irmão mais velho, que haviam sido assassinados. O objetivo de Isócrates, ao endereçar esse texto ao jovem soberano, é dar conselhos para que exerça um governo sábio e justo. Segundo o mestre da Escola de Retórica, o governante deve cultivar a virtude de tal modo que sua excelência supere as honras que lhe são dadas em função do cargo ocupado. Deve dar o exemplo de justiça, temperança e amor à pátria e aos cidadãos. Sua palavra precisa ter mais valor do que os juramentos. Nas relações internacionais, deve tratar os Estados fracos da mesma forma como gostaria que os Estados fortes o tratassem.

A importância de *A Nícoles* para a teoria política reside no fato de que esse discurso se tornou o primeiro de uma série de livros, escritos por diferentes autores ao longo dos séculos, com a mesma temática: dar conselhos ao príncipe. Essa série tem como ponto culminante a mais famosa obra desse gênero, *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, publicado em 1532.

No *Discurso sobre a paz*, de 356, Isócrates faz um apelo à concórdia entre os gregos, que estavam envolvidos em novo conflito – a chamada Guerra dos Aliados, deflagrada com a saída das cidades de Quios, Rodes, Cós e Bizâncio da Segunda Liga Marítima, criada havia duas décadas e liderada por Atenas. Percebe-se, nesse texto, uma mudança de política em Isócrates, pois, diferentemente do que propôs no *Panegírico*, ele não dá ênfase à liderança de Atenas, chegando mesmo a condenar a pretensão ateniense a um império naval.

Outro discurso que merece ser mencionado é o *Areopagítico*. Ele foi composto em 354, época em que Atenas vivia uma fase de decadência, quando a democracia mostrava fraquezas, o povo se achava desinteressado pela coisa pública e o exército estava desmantelado. Nesse contexto, Isócrates busca soluções para a democracia ateniense, expostas no *Areopagítico*.

Para Isócrates, os males da democracia ateniense só seriam vencidos com a restituição do poder político ao Areópago, o antigo conselho de anciãos que, no passado oligárquico da cidade, era o principal órgão de comando da cidade – e que, na época de Isócrates, embora continuasse a existir, tinha pouca ou nenhuma influência na vida dos cidadãos. No passado, lembra o mestre da Escola de Retórica, cabia a esse conselho

supervisionar e conduzir os jovens, incitando-os a fazer o bem e evitar o mal. O Areópago – continua Isócrates – examinava a vida de cada cidadão, advertindo, admoestando e punindo de acordo com a necessidade. Essa era a razão por que, ainda de acordo com Isócrates, os jovens não passavam seu tempo nas casas de jogos ou entre os tocadores de flauta, atividades em que “eles empregam agora seus dias”, mas permaneciam fiéis às suas ocupações. É preciso restabelecer o velho conselho para que este proceda a uma reforma moral, obrigando os cidadãos a deixar as más ações e a praticar obras úteis à cidade, conclui Isócrates. Do mesmo ano do Areopagítico, 354, é *Antídosis*, um discurso autobiográfico.

Finalmente, cabe uma menção ao discurso denominado *A Filipe*, de 346, dirigido ao rei da Macedônia. Nele, Isócrates abandona definitivamente o ideal do *Panegírico* – em que Atenas é colocada acima de todas as demais cidades da Grécia – e vê em Filipe o comandante militar capaz de unificar os gregos e liderar seus exércitos contra o inimigo comum, a Pérsia, garantindo a proteção da Grécia.

Esse discurso favorável à Macedônia teve lá seus efeitos. Os partidários do rei macedônio em Atenas se fortaleceram e o próprio Filipe – que desde que subiu ao poder, em 359, já esboçava o projeto de dominar toda a Grécia – se sentiu motivado a pôr em ação seus planos de expansão territorial.

Foi o que aconteceu em 338, na Batalha de Queroneia, em que o exército de Filipe derrotou as tropas gregas e se tornou o soberano de toda a Grécia, que passou a ser então um território anexado à Macedônia. As cidades gregas – entre elas, Atenas – perderam para sempre a sua independência. Ao ver o destino de sua *pólis*, subjugada por um Estado estrangeiro, Isócrates não resistiu à amargura. Conta-se que, profundamente desiludido, parou de se alimentar e se deixou enfraquecer até morrer.

Chegou o momento de expor a original concepção que Isócrates tem da retórica. Para ele, essa arte deve estar a serviço da *paidéia*, da educação dos jovens, o que constitui a grande preocupação do mestre da Escola de Retórica. Ele reconhecia que também os sofistas e Platão tinham essa preocupação – a formação do caráter dos atenienses –, mas discordava da educação proposta por eles.

Para Isócrates, a formação oferecida pelos sofistas é impossível, porque o seu ensino é vazio, composto por técnicas de argumentação e voltado apenas para fazer o aluno aprender a falar bem, a persuadir o público sobre qualquer assunto, sem nenhum conteúdo significativo. Já quanto a Platão, que concebia a busca da verdade das coisas

como essencial para a formação do caráter, Isócrates considera que essa busca é vã e infrutífera, uma corrida interminável rumo a um objetivo incerto e inalcançável.

Como a retórica deve estar a serviço da educação, ela precisa ter um conteúdo profundo, significativo, útil para o jovem no seu dia a dia. Ou seja, não pode se assemelhar ao discurso vazio dos sofistas, mas seu conteúdo não pode ser a busca platônica pela verdade – inexistente, segundo Isócrates. Esse conteúdo deve ser aquilo que modernamente se chama cultura geral, incluindo principalmente as disciplinas de humanidades (literatura, poesia, história, sociologia, geografia e música, por exemplo). O conhecimento amplo, profundo dessas disciplinas é o que forma cidadãos dignos e corretos, beneficiando toda a cidade, diz Isócrates. Assim, segundo a concepção isocrática, a função da retórica – mais do que simplesmente persuadir um público – está ligada à transmissão da cultura geral.

É interessante perceber que esse conceito de retórica tem origem na formação aparentemente contraditória de Isócrates, como citado no início deste capítulo. Ele parece ter sido desenvolvido a partir da assimilação e adaptação de características herdadas do filósofo em busca das essências das coisas, Sócrates, e do sofista adepto do relativismo, Górgias. Do sofista de Leontini vêm a concepção de que as verdades absolutas não existem – e que, portanto, a sua busca é vã – e a ideia de que o discurso precisa encantar e ter utilidade para aquele que o ouve. De Sócrates, ele obtém a noção de que o discurso não pode ser vazio, como a retórica sofística, mas deve ter um conteúdo significativo, que será responsável pela formação do discípulo. E esse conteúdo – aqui se trata de uma contribuição original de Isócrates – deve ser a cultura geral.

Essa formação em cultura geral, principalmente em humanidades, segundo Isócrates, é o que deveria se denominar “filosofia”. Em sua época, a definição de filosofia ainda não estava estabelecida. A ideia de que a filosofia significa busca da verdade, como hoje se pensa, é resultado do predomínio do pensamento de Platão na cultura ocidental. Se o conceito isocrático tivesse prevalecido, hoje a filosofia seria equivalente a “conhecimentos gerais”, como pensava Isócrates.

Entretanto, se o conceito de filosofia na sociedade ocidental remete a Platão, na educação predomina a concepção isocrática. Pois o ensino ministrado hoje nas escolas não está voltado para a busca de verdades eternas – e nem para o aprendizado de técnicas retóricas, que constituía a base da *paidéia* sofística. No ensino fundamental e médio hoje são oferecidos conhecimentos gerais – como propunha Isócrates.

A atualidade do mestre da Escola de Retórica é verificada também no conselho dos pais aos filhos – que sempre são exortados por eles a estudar “para ser alguém na vida” – e no discurso dos políticos, principalmente às vésperas de eleições, para quem “educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade”. Essas falas de pais e políticos ecoam o pensamento de Isócrates, que insistia na necessidade de transmitir cultura geral aos jovens – função da retórica –, porque é isso que forma o seu caráter e beneficia toda a comunidade.

Se inspirada nessas ideias de Isócrates, a comunicação hoje deveria estar fortemente baseada no chamado jornalismo cultural. Esse tipo de jornalismo é o espaço privilegiado para a transmissão de um conteúdo profundo, de qualidade, que pode enriquecer os indivíduos e – nas palavras do mestre – formar cidadãos dignos. Principalmente no Brasil, em que a escola pública tem sérias deficiências para exercer sua função de educar crianças e jovens, a comunicação deveria suprir essa premente necessidade. Apesar disso, o que se verifica é o enfraquecimento do jornalismo cultural no país. Inspirando-se em Isócrates, pode-se dizer que é preciso um forte desenvolvimento do jornalismo cultural no Brasil, pois ele é fundamental para a formação moral e intelectual do povo brasileiro.

5. DEMÓSTENES E O CIDADÃO CONSCIENTE

Considerado o maior orador da Antiguidade, Demóstenes (384-322 antes de Cristo) tem o seu conceito de retórica indissociavelmente ligado à situação de Atenas, sua cidade natal, que ele amava com genuíno patriotismo. Diferentemente de Platão e Aristóteles, que são filósofos, e de Isócrates, um professor, Demóstenes é eminentemente um orador. Sua principal atividade cívica será discursar na *Ekklesia* – a assembleia dos cidadãos – com o objetivo de persuadir os atenienses a tomar as decisões que julga serem as melhores para a cidade, o que fez dele um dos políticos mais influentes de seu tempo.

Nascido numa família rica, Demóstenes perdeu o pai aos sete anos de idade, ficando sob a tutela dos primos Áfobos e Demofonte e de um amigo do velho Demóstenes, Terípides. Os três não honraram a tarefa de cuidar do menino: na prática, eles o deixaram aos cuidados da mãe, Cléobula, e ainda desviaram para si a herança paterna.

O pequeno Demóstenes não dava mostras de que viria a se tornar, no futuro, o grande orador de Atenas. Sofria até mesmo de gagueira. Para superar as dificuldades e aprender a falar com eloquência, recorria a métodos pouco convencionais, como discursar com pequenas pedras na boca diante dos estrondos das ondas do mar. Graças a esses esforços, Demóstenes teve condições de, com cerca de 20 anos de idade, acusar os três antigos tutores nos tribunais populares de Atenas. Defendendo sua própria causa diante dos cidadãos, conseguiu recuperar pelo menos parte da herança desviada.

Após essa primeira vitória, Demóstenes passou a se dedicar à carreira de logógrafo, o autor de discursos forenses. Exerceu essa função durante dez anos, período ao longo do qual a situação de Atenas se agravou. A cidade, que há décadas vivia uma fase de decadência, enfrenta a Guerra dos Aliados – a revolta das cidades de Quios, Rodes, Cós e Bizâncio, que resolvem deixar a Segunda Liga Marítima, liderada pelos atenienses – e se enfraquece ainda mais. As finanças são cada vez mais precárias. Além disso, os atenienses agora têm um novo inimigo, mais ameaçador ainda do que a longínqua Pérsia: Filipe II, rei da Macedônia – reino situado ao norte da Grécia –, que, ao assumir o trono, em 359, já demonstrava o desejo de expandir seus domínios e conquistar todo o território grego.

Grande estadista e estrategista, Demóstenes percebeu muito cedo essa intenção de Filipe. Ao mesmo tempo, o orador via que os cidadãos atenienses estavam entregues a um comodismo e a um individualismo prejudiciais à cidade. Depois de cerca de 150

anos de experiência democrática, eles pareciam ter se acomodado às benesses do regime, exigindo todos os direitos que lhe cabiam, sem, no entanto, cumprir devidamente os seus deveres. Também haviam se desinteressado pelas coisas da cidade, preferindo se dedicar aos próprios negócios.

Para Demóstenes, esse desinteresse do povo era uma das razões por que Atenas enfrentava sérias dificuldades. Era preciso usar os seus dons retóricos para convencer os atenienses dos perigos que os ameaçavam e da necessidade de melhorar as condições da cidade. Foi a isso que Demóstenes dedicou sua retórica. Em vários de seus discursos, hoje preservados, ele aponta a ameaça macedônia e os riscos do comportamento apático dos atenienses, sempre buscando conscientizar os cidadãos dos seus deveres para com a cidade.

É o que ele faz, por exemplo, na primeira das chamadas *Filípicas*, como ficaram conhecidos os três discursos de Demóstenes contra Filipe. Datada de 351, a primeira *Filípica* já representa uma tentativa do orador de organizar a cidade e mobilizar o povo ateniense. No discurso, ele expõe um plano de ação contra o rei da Macedônia, sugerindo duas providências: a formação de uma esquadra que permaneça nas costas gregas, a fim de evitar as investidas de Filipe, e a constituição de um exército, menos numeroso mas de fácil locomoção, capaz de hostilizar o inimigo em seu próprio território.

Dois anos depois, em 349, Demóstenes pronunciou as três *Olintíacas*, discursos que se referem à cidade de Olinto, no norte da Grécia. Acontece que o orador percebeu a movimentação de Filipe, que ameaçava conquistar essa importante cidade da região da Calcídica. Se isso acontecesse, o rei fortaleceria seu poder, aumentando a pressão sobre Atenas. Nos discursos, Demóstenes traça um lúcido perfil do caráter e das intenções de Filipe e critica o que considera os mais graves defeitos da democracia ateniense, entre eles a inércia e a acomodação do povo. Persuadidos por Demóstenes, os atenienses chegaram a enviar expedições a Olinto, mas elas chegaram com atraso e não puderam evitar que a cidade caísse sob o domínio de Filipe.

Naquele mesmo ano, Demóstenes compôs o discurso *Sobre a organização financeira*. Nele, o orador não apenas propõe medidas para melhorar a situação das finanças de Atenas. Muito além disso, ele busca realizar uma verdadeira reforma moral do povo, para ele a maior necessidade da cidade. Nesse discurso, ele afirma: “Nunca é possível, creio, fazendo coisas mesquinhas e vulgares, ter pensamentos grandiosos e temerários, nem mesmo, fazendo coisas brilhantes e belas, ter pensamentos mesquinhos e pouco

elevados”. Ou seja, o orador busca fazer com que o povo deixe de ter aquela mentalidade egoísta que o caracterizava e passe a pensar de forma diferente, colocando o interesse coletivo acima dos seus próprios interesses particulares.

Essa mesma exortação a uma transformação de caráter está presente na *Terceira Filípica*, pronunciada em 341. Nela, o orador afirma que os gregos do passado eram propensos à liberdade e, agora, estão conformados à escravidão. A causa dessa mudança, segundo ele, é que “havia na mente do povo algo que agora não existe”. Esse “algo” era o amor do cidadão por sua cidade, o ódio à corrupção e a disposição para cumprir o seu dever. Tendo desaparecido esse caráter, tudo foi arruinado e a desordem se tornou predominante.

Outro motivo da crítica de Demóstenes aos atenienses se refere à audiência que estes davam àqueles oradores cujo único objetivo era falar coisas agradáveis – e não coisas úteis e necessárias. Segundo ele, esses oradores, ao buscar apenas agradar e bajular os ouvintes, contribuíam para tornar os cidadãos ainda mais acomodados, inertes, apáticos e desinteressados. Ironicamente, Demóstenes chega a dizer, em *Sobre a organização financeira*, que as orelhas dos atenienses precisam ser curadas, pois estão “enfermas” de tanto ouvir as mentiras e bajulações dos oradores.

Para ele, os oradores buscam agradar o povo ao invés de dar os melhores conselhos e, por isso, são a verdadeira causa dos males da cidade. “A cidade vai mal porque os oradores estão mais preocupados em saber como agradar o povo do que em verificar qual é, de fato, o interesse da cidade”, diz o orador na *Terceira Olintíaca*.

Para Demóstenes, o cidadão que resulta do ensino dos oradores atenienses é um ser corrompido, que abandonou as qualidades dos homens do passado e entregou-se à acomodação, ao prazer pessoal e à inércia. Isso fazia dele uma pálida sombra do ateniense de antigamente, tão dedicado à sua pátria e pronto a servi-la.

Ainda em *Sobre a organização financeira*, Demóstenes afirma que não é o orador que torna os atenienses bons ou maus. Ao contrário, são os cidadãos que fazem do orador aquilo que eles querem dele. Por isso, Demóstenes exorta o povo a não se deixar levar por aqueles que falam na Assembleia, sugerindo até mesmo que deixem de dar atenção a eles. Dessa forma, ou os oradores só farão discursos úteis à cidade ou se calarão, na falta de ouvintes.

Em outros discursos, Demóstenes faz uma comparação entre o discurso “útil” à cidade e a retórica dos oradores do seu tempo, sempre voltada para agradar e entreter os atenienses. Ao fazer essa comparação, traça um perfil daquele que, segundo ele, é o

orador realmente necessário para Atenas. Na *Oração sobre a coroa* – famoso discurso pronunciado em 330 antes de Cristo, em que justifica as políticas que defendeu ao longo de sua vida –, Demóstenes afirma que o orador deve pressentir as questões mais importantes para a cidade e anunciá-las. Deve também contribuir para reduzir as “falhas naturais da democracia”, como a lentidão e as hesitações do público, e conduzir a população à concórdia e ao cumprimento do dever.

Como se sabe, Demóstenes não conseguiu evitar o amargo destino contra o qual tanto lutou. Em 338 antes de Cristo, na Batalha de Queroneia, Filipe derrotou os exércitos gregos e se tornou o senhor de toda a Grécia, que passou a ser um território da Macedônia. Mesmo assim, o uso que ele fazia da retórica – sempre em favor do legítimo interesse da cidade e voltada para a conscientização do cidadão – se transformou num modelo que atravessou os séculos e, ainda hoje, constitui um exemplo útil para refletir sobre os meios de comunicação.

Vários aspectos do pensamento de Demóstenes sobre a retórica podem ser aplicados atualmente na comunicação de massa. A começar do trabalho do comunicador. Se este se basear nas ideias do autor das *Filípicas*, certamente será um profissional que busca identificar os problemas da sociedade, alertar a população sobre eles e propor soluções para resolvê-los, mesmo que isso contrarie a vontade do público. Em outras palavras, será um profissional realmente útil à sociedade, a serviço do interesse público, como diria Demóstenes.

É preciso notar que, atualmente, o que predomina na sociedade é exatamente aquele tipo de comunicação voltada para agradar o público – equivalente ao discurso dos oradores tão criticados por Demóstenes. Tanto que o pensador francês Edgar Morin, no livro *L'esprit du temps*, classifica a cultura de massas como uma “cultura de lazer”. Pode-se acreditar que ela produza o mesmo tipo de cidadão formado por aqueles oradores da Grécia antiga: um cidadão inerte, acomodado, desinteressado e desejoso apenas de ser bajulado. Talvez um dos trabalhos mais importantes do comunicador hoje seja justamente tirar esse cidadão de tal situação e conscientizá-lo de seus deveres para com a sociedade.

Demóstenes contribui também para a reflexão sobre o controle da qualidade das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação atuais. Assim como ele exortava os atenienses a não dar atenção para a retórica bajuladora dos oradores – que, dessa forma, só falariam coisas úteis ou, por falta de alguém disposto a ouvi-los, se calariam –, também hoje o público tem um importante papel na definição do que as emissoras de

televisão, por exemplo, exibem em sua programação. Os programas atuais tendem a ter baixa qualidade porque existe um público ávido por consumir tais produtos. Se esse público exigisse programas de qualidade, certamente as emissoras mudariam sua programação para atender a essa exigência. Também nesse aspecto o comunicador tem uma função a cumprir: a conscientização dos cidadãos, que precisam ser educados para determinar a qualidade da comunicação que lhe é oferecida.

Junto com sua cidade, que acabou dominada pela Macedônia, Demóstenes fracassou – não em razão das políticas que defendeu, mas por causa da desorganização e do comodismo do povo ateniense. Tal fracasso pode ser também um ensinamento para os comunicadores do século XXI: é preciso conscientizar os cidadãos, torná-los conscientes de seus deveres para com a sociedade, fazê-los compreender que têm um importante papel a cumprir em favor da coletividade, pois a acomodação, a alienação e o descaso com a coisa pública podem representar a ruína da democracia. Esse é o maior legado de Demóstenes para a comunicação.

CONCLUSÃO

Os pensadores e oradores gregos analisados ao longo deste livro oferecem valiosas contribuições para o aperfeiçoamento da comunicação do século 21.

Do sofista Górgias, aprende-se que a comunicação precisa encantar o público. Ela deve ter tal poder de sedução que as pessoas se encantem e sejam atraídas pela beleza formal da mensagem transmitida. Caso contrário, a comunicação será um fracasso, por mera falta de público, que descartará uma comunicação sem atrativos. Entretanto, esse encantamento não pode ser um fim em si mesmo, não pode ser uma maneira de conduzir arbitrariamente o leitor, ouvinte ou telespectador – o que constitui um inaceitável abuso da linguagem, como foi visto no capítulo 2.

Para evitar esse abuso, é necessário que, além do encantamento, a comunicação seja portadora de um conteúdo profundo, através do qual busque a verdade das coisas, como sugere Platão. Segundo esse filósofo, as coisas têm uma verdade, uma essência. Para conhecê-las de fato, deve-se contemplar essa essência. E é com base nesse conhecimento certo que se deve agir. Se não conhecermos a essência das coisas, não teremos ciência, mas mera opinião. Ou pior: podemos ter uma representação da realidade fornecida pela mídia, sempre orientada para objetivos financeiros, para o lucro.

Tomemos como exemplo o conceito de felicidade. Como normalmente não se pensa no que é, na sua essência, esse conceito, quem acaba fornecendo a definição dele é a mídia, que, como já dito, está voltada para a obtenção de lucro. Com isso, felicidade, para a maioria das pessoas, torna-se algo relacionado a riquezas, bens materiais, carros e roupas caras – numa palavra, consumo. E elas, ao agir com base nessa representação artificial da realidade, passam a perseguir algo que, no final, se revela uma quimera, algo inexistente. O mesmo vale para todos os outros conceitos que se pode imaginar: amor, sexualidade, amizade, maternidade, educação, lazer, trabalho, paz, guerra, vida, morte etc. Se não contemplarmos a essência dessas coisas, para sabermos o que elas de fato são, seremos sempre conduzidos pela mera opinião ou pela imposição de definições elaboradas por outros.

Claro que, como sempre acontece no que se refere à extremamente complexa existência humana, não se tem uma definição cabal desses conceitos – como já ensinava o filósofo Sócrates. No entanto, através da reflexão, do pensamento, o ser humano é capaz de chegar ao conhecimento verdadeiro das coisas, pelo menos parcialmente. E este é o

convite que faz Platão: que as pessoas pensem, cheguem ao conhecimento verdadeiro e, com base nele, vivam uma existência autônoma, autêntica e plenamente humana. Perseguir esse objetivo platônico – fazer as pessoas pensarem sobre a essência das coisas – conferiria à comunicação hoje uma qualidade extraordinária e faria com que ela prestasse um serviço público da mais alta relevância.

Lembre-se ainda que a proposta platônica é fazer o outro pensar não através de um discurso autoritário, impositivo – à moda dos sofistas –, mas da dialética, esse “jogo” em que os interlocutores, sinceramente empenhados em conhecer a verdade das coisas, trocam ideias e argumentos até chegar – ou não – a um consenso, sempre sob o signo do respeito mútuo. O filósofo alemão Josef Pieper destaca que, para Platão, o diálogo é o lugar da verdade. “A verdade, como realidade humana, surge apenas em situação de diálogo”, diz Pieper.

Já Aristóteles, com sua teoria do *éthos* e do *páthos*, dá ao comunicador moderno instrumentos teóricos imprescindíveis para ser bem-sucedido em seu relacionamento com o leitor, ouvinte ou telespectador. Desde a publicação de sua *Retórica*, sabe-se que o comunicador precisa cultivar uma imagem de credibilidade e de confiança diante do público, sem a qual dificilmente conseguirá seduzi-lo, e tem a necessidade premente de conhecer esse público, seus gostos, interesses e expectativas, com o que poderá transmitir mensagens adequadas e ajustadas ao seu perfil. Além disso, o Estagirita lembra constantemente que é essencial incluir numa mesma comunicação o conteúdo profundo e o encantamento, ou seja, unir a tradição de Córax e Tísias e as ideias dos pitagóricos – analisadas no capítulo 1. Ao proceder assim, o comunicador certamente fará um trabalho de alta qualidade.

Se ao conteúdo transmitido pelo comunicador for acrescentada uma forte dose de cultura, então a mensagem adquirirá um poder educativo que trará imensos benefícios à sociedade, como sugere Isócrates – tema do capítulo 5. Num país como o Brasil, que apresenta graves deficiências na educação pública, as ideias do fundador da Escola de Retórica ganham uma impressionante atualidade. Mais do que nunca, o chamado jornalismo cultural precisa ser fortalecido, a fim de atender a uma imensa parcela da população ainda destituída desse bem essencial ao pleno exercício da cidadania, a cultura.

Finalmente, quanto a Demóstenes, o comunicador do século XXI tem, nos discursos desse grande orador, um exemplo, um modelo de comunicação realmente útil e relevante para a sociedade. Pois o autor das *Filípicas* não tinha em vista os seus

próprios interesses, não visava a se engrandecer perante o público, mas buscava antes de tudo os legítimos interesses da cidade. Ele identificava os problemas da coletividade – frequentemente antes de todos os outros cidadãos –, propunha soluções para esses problemas e procurava despertar as pessoas para os perigos que eles representavam. Buscava também conscientizar os indivíduos sobre os seus deveres para com a cidade – o que, para o orador, era a solução definitiva para todas as dificuldades enfrentadas por Atenas.

Da mesma forma, o comunicador hoje prestará um grande serviço público se estiver realmente a serviço dos interesses da sociedade – e não de seus próprios interesses –, apontar os problemas que afligem a população, sugerir soluções para eles e, ainda, buscar conscientizar as pessoas dos seus deveres, e não meramente agradá-las.

Uma comunicação que reunir as cinco visões de retórica vistas neste livro – propostas por Górgias, Platão, Aristóteles, Isócrates e Demóstenes – certamente será dotada da mais alta qualidade. Embora complexa e contrária às normas impostas pela indústria do lazer hoje tão poderosa, essa comunicação – encantadora, dialética, que busca a essência das coisas, transmitida por profissionais confiáveis, adequada ao perfil do público, difusora de cultura e conscientizadora dos cidadãos – pode ser concretizada na sociedade brasileira. Para isso, é preciso que mais comunicadores percebam a necessidade de melhorar as práticas da mídia hoje e se deixem influenciar, em sua trajetória profissional, pelas ideias tão inspiradoras dos grandes gênios da Grécia antiga.

BIBLIOGRAFIA

Pensadores gregos

ARISTÓFANES. *As nuvens*, tradução Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: Abril, 1972.

_____. *Os cavaleiros*, tradução de Maria de Fátima de Sousa e Silva. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação científica, 1991.

_____. *Pluto*, tradução de Américo da Costa Ramalho. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

ARISTÓTELES. *De anima*, tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. *Metafísica*, tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Poética*, tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril, 1973.

_____. *Retórica*, tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *Retórica das paixões*, tradução de Isis B. B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DEMÓSTENES. *As três filípicas e Oração sobre as questões da Quersoneso*, tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DÉMOSTHÈNE. *Harangues I*, texte établi et traduit par Maurice Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

_____. *Harangues II*, texte établi et traduit par Maurice Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

GÓRGIAS. *Elogio de Helena*, tradução de Maria Cecília de Miranda N. Coelho, in *Cadernos de tradução*, número 4. São Paulo: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1999, p. 15-19.

_____. *Tratado do não-ente*, tradução de Maria Cecília de Miranda N. Coelho, in *Cadernos de tradução*, número 4. São Paulo: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1999, p. 11-14.

HERÓDOTO. *Histoires*, traduit par E. Legrand, Paris, Société D'Édition Les Belles Lettres, deuxième édition revue et corrigée, 1949.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*, tradução de Mary de Camargo Neves Lafer. São

- Paulo: Iluminuras, 1996.
- _____. *Teogonia – A origem dos deuses*, tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HOMERO. *Iliada*, tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- _____. *Odisseia*, tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural/Círculo do Livro, 1994.
- ISÓCRATES. *Contra os sofistas*, tradução de Marcos Sidnei Eusébio in “Isócrates – A filosofia na penumbra”. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), 2000 (dissertação de mestrado).
- ISOCRATE. *Aréopagitique*, in *Discours*, tome III, traduit par Georges Mathieu, Paris, Belles Lettres, 1950, p. 55-84.
- PLATÃO. *A República*, tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, 7ª edição.
- _____. *Fedro*, tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora da UFPA, 2011.
- _____. *Górgias*, tradução de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2011.
- _____. *Protagoras*, in *The works of Plato*, translated by Benjamin Jowett. New York, Modern Librar, 1956.
- _____. *Sofista*, tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril, 1972.
- _____. *Theaetetus*, translated by Benjamin Jowett. New York: The Modern Library, s/d.
- PLUTARCO. *Les vies des homes illustres, Démosthène*, traduit par E. Talbot. Paris: Librairie Hachette, quatrième édition, 1905.
- TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, tradução de Mário da Gama Curi. Brasília: Editora da UnB, 1999, terceira edição.

Grécia antiga

- ADRADOS, F. RODRIGUES. *Ilustración y política en la Grecia clásica*. Madrid: Revista de Occidente, 1966.
- AUSTIN, MICHEL E VIDAL-NAQUET, PIERRE. *Economia e sociedade na Grécia antiga*, tradução de António Gonçalves e António Nabarrete. Lisboa: Edições 70, 1986.

- BARROS, GILDA N. MACIEL DE. *Sólon de Atenas – A cidadania antiga*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BORDES, JACQUELINE. *Politeia dans la pensée grecque jusqu'à Aristote*. Paris: Les Belles Lettres, 1982.
- CHÂTELET, FRANÇOIS. *La naissance de l'histoire*. Paris: Éditions de Minuit, 1962.
- FLORENZANO, MARIA BEATRIZ B. *Nascer, viver e morrer na Grécia antiga*. São Paulo: Atual, 1996.
- HOMO, LÉON. *Périclès – Une expérience de démocratie dirigée*. Paris: Robert Laffont, 1954.
- JAEGER, WERNER. *Paidéia – A formação do homem grego*, tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995, 3ª edição.
- JARDÉ, A. *A Grécia antiga e a vida grega*, tradução de Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: EPU/Edusp, 1977.
- JONES, PETER V. *O mundo de Atenas*, tradução de Ana Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LORAUX, NICOLE. *Invenção de Atenas*, tradução de Lílían Vale. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MOSSÉ, CLAUDE. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*, tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *Atenas – A história de uma democracia*, tradução de João Batista da Costa. Brasília: Editora da UnB, 1997, 3ª edição.
- PEREIRA, MARIA HELENA DA ROCHA. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- ROMILLY, JACQUELINE DE. *Problèmes de la démocratie grecque*. Paris: Hermann, 1975.
- ROSTOVITZ, M. *História da Grécia*, tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986, 3ª edição.
- ROUSSEL, PIERRE. *La Grèce et l'Orient – Des guerres médiques à la Conquête romaine*, Paris, Librairie Felix Alcau, 1928.
- TAYLOR, LORD WILLIAM. *Os micénios*. Lisboa: Verbo, 1970.
- VERNANT, JEAN-PIERRE. *As origens do pensamento grego*, tradução de Isis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, 7ª edição.

Sobre os pensadores gregos

- BENOIT, HECTOR. *Sócrates – O nascimento da razão negativa*. São Paulo: Moderna, 1996.
- CASTRO, ROBERTO C. G. *Demóstenes educador*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003 (dissertação de mestrado).
- EUSÉBIO, MARCOS SIDNEI. “Isócrates – A filosofia na penumbra”. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), 2000 (dissertação de mestrado).
- HAVELOCK, ERIC. *Prefácio a Platão*, tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1996.
- JAEGER, WERNER. *Demóstenes – La agonía de Grécia*, traducción de Eduardo Nicol, México: Fondo de Cultura Económica, 3ª reimpresión, 1994.
- PIEPER, JOSEF. “Missbrauch der Sprache – Missbrauch der Macht” in *Werke*, Herausgegeben von Berthold Wald. Hamburg: Felix Meiner Verlag, volume 6, páginas 132-151.
- _____. “O diálogo como lugar da verdade”, tradução de Roberto C. G. Castro, in *Notandum*, número 31, janeiro-abril de 2013, p. 75-76.
- WOLFF, FRANCIS. *Sócrates*, tradução de Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Sobre retórica

- CARAWAN, EDWIN (ed.). *Oxford readings in the Attic orators*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- EDWARDS, MICHAEL. *The Attic orators*. London: Bristol Classical Press, 1994.
- JOHNSTONE, CHRISTOPHER LYLE (ed.). *Theory, text, context: issues in Greek rhetoric and oratory*. Albany: State University of New York Press, 1996.
- KENNEDY, GEORGE. *The art of persuasion in Greece*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- PLEBE, ARMANDO. *Breve história da retórica antiga*, tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: EPU/Edusp, 1978.
- _____. E EMANUELE, PIETRO. *Manual de retórica*, tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- REBOUL, OLIVIER. *Introdução à retórica*, tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.